



Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - Nº 55 agosto/setembro de 2001 - ISSN 1517-0217
sindijor@sindijorpr.org.br - <http://www.sindijorpr.org.br>

Campanha salarial

As reivindicações
da categoria
PÁGINA 2

Privatização da Copel

Carlos Gomes

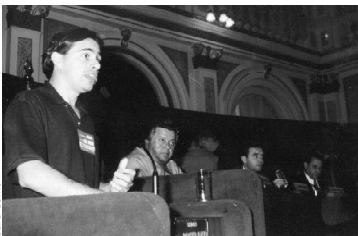


Agressões,
vaias e pedras
PÁGINA 16

Grampo

Cada vez
mais usado
PÁGINAS 18 e 19

Demissões na TV Iguazu



Sindicato luta contra
"massacre" de Pimentel
PÁGINA 22

Liberdade de Imprensa O pluralismo da informação



O Extra Pauta apresenta pontos de vista e depoimentos de autoridades, associações, personalidades e jornalistas com visões diferentes sobre o tema:
" Existe liberdade de imprensa no Paraná?"

PÁGINAS 5 a 15



editorial

Salário, saúde e dignidade

A Campanha Salarial dos jornalistas paranaenses deu os primeiros passos em junho deste ano. Pelo tema escolhido, não chamou a atenção dos bajuladores - que são poucos em relação à maioria -, mas chocou aqueles que têm um mínimo de consciência política. Alguns episódios mostraram isso, como a reação de um juiz ao ver o adesivo da Campanha no peito de um jornalista. "Não acredito que vocês ainda precisem lutar por saúde e dignidade", afirmou o perplexo magistrado.

Infelizmente é verdade. O jornalista, que tem um papel essencial para a cidadania e a democracia, precisa esbravejar e batalhar muito para conquistar um salário digno, condições de trabalho decentes e ter sua saúde respeitada e sob controle. Não é à toa que essas são as principais reivindicações da categoria no Paraná há, pelo menos, uma década.

Reivindicações que, é claro, são menosprezadas pelos proprietários das empresas de comunicação. Tudo porque vêem o jornalista apenas como despesa. Não investem no profissional e não percebem que é ele o 'x' na equação da qualidade. Com salário achatado, excesso de trabalho e condições precárias, o jornalista tem dificuldade para carregar nas costas a qualidade estampada com as já desacreditadas "isonovemil" da vida.

Afinal, enquanto o profissional está lá na batalha pela melhor matéria, os patrões procuram artifícios para explorá-lo mais ainda (leia-se não pagar horas extras, fazer terrorismo soltando boatos de degolas, cortando benefícios como vale-refeição ou ameaçando cortar anuênio). Pior, estudam como vender parte da liberdade de sua empresa/imprensa para grupos políticos e econômicos.

É por isso que o jornalista está indignado, farto da imoralidade dos patrões. E é por isso também que, neste ano, não vai esquecer, nem por um segundo sequer, de lutar por salário, saúde e dignidade. É uma questão de sobrevivência física e mental de todos nós.

campanha salarial

Pauta reflete a realidade dos jornalistas paranaenses

A mentalidade dos patrões em relação aos jornalistas continua a mesma. Ou seja, desrespeito e total falta de consideração. Prova disso foi a primeira rodada de negociação da Campanha Salarial 2001/2002, realizada dia 4 de setembro na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, em Curitiba.

Assim como no ano passado, os representantes dos sindicatos patronais não apresentaram propostas, apenas afirmaram que pretendem cortar direitos trabalhistas. Um deles é o adicional de hora-extra, que hoje é de 100% sobre o valor da hora normal. Também sinalizaram que querem discutir um sistema de compensação (banco de horas), que não passa de um artifício para não pagar hora-extra. Outra intenção dos patrões é alterar a cláusula que define critérios para as demissões coletivas. Eles não deixaram claro, porém, o que querem mudar.

Sobre o reajuste, o representante dos sindicatos patronais afirmou que apresentará a proposta na reunião do dia 10 de setembro, na sede do Sindicato. Ele adiantou que a proposta é um reajuste com parte da inflação do período e complementar outra parte com um abono disfarçado. Ou seja, outra ofensa contra os jornalistas.

Na próxima reunião, os sindicatos dos jornalistas - o do Paraná e o de Londrina - vão defender os principais pontos da pauta de reivindicações e desqualificar o ataque dos patrões contra nossos direitos.

Reajuste da inflação

A Campanha Salarial 2001/2002 começou em junho. Diretores dos sindicatos dos jornalistas (o do Paraná e o de Londrina) organizaram reuniões em locais de trabalho para discutir as reivindicações. Os pontos mais defendidos foram a reposição da inflação, Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), obrigatoriedade de plano de saúde para todos os empregados, melhor regulamentação do direito autoral, vale refeição e garantia de emprego. Essas propostas foram incluídas na pauta de reivindicações, aprovada nas assembleias realizadas em todo o Estado, em julho.

Pelas reuniões e assembleias, ficou claro que os jornalistas serão intransigentes em um ponto: o

reajuste da inflação, cujos índices variam - 7,17% (INPC) e 8,40% (ICV), segundo estimativa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). Outra exigência é que essa perda seja reposta apenas em uma parcela, ao contrário do ano passado, quando foi paga em duas parcelas (3,5% em outubro + 3,5% em março).

PRINCIPAIS PONTOS

a Salário digno - Além da reposição da inflação (8,40%), reivindicamos produtividade de 6%, participação nos lucros (um salário nominal a cada seis meses) e abono de 0,4 salário para repor perdas provocadas pela inflação nos últimos 12 meses.

a PCCS - Criar um modelo de plano de cargos, carreiras e salários que seja realmente aplicado nas redações.

a Plano de saúde - São raras as empresas que pagam parte ou totalmente plano de saúde para os funcionários. Essa é uma reivindicação antiga, incluída nas pautas das últimas negociações e sempre ignorada pelos patrões. Este ano, porém, os jornalistas estão mais preocupados com a questão e dispostos a lutar por ela.

a Vale refeição - Também uma antiga reivindicação, mas que agora tem maior apoio da categoria.

a Direito autoral - Os patrões lucram com matérias e fotos negociadas com outras empresas. Nada mais justo que o autor do trabalho - o jornalista - receba uma porcentagem da venda.

a Garantia de emprego - As demissões viraram rotina. Por isso, reivindicamos estabilidade de 120 dias para todos os jornalistas.

Primeira manifestação

A primeira manifestação da campanha ocorreu no dia 1º de agosto, quando foi entregue a pauta de reivindicações ao sindicato patronal. No mesmo dia, reuniões nos locais de trabalho elegeram representantes dos funcionários de cada empresa nas negociações deste ano. Também foi distribuído o adesivo da campanha. Na avaliação da diretoria do Sindicato, a participação da categoria foi positiva, mostrando que os jornalistas estão unidos e dispostos a lutar por melhores condições de trabalho.

expediente

Extra Pauta é órgão de divulgação oficial da gestão Extra Pauta, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. Fone/Fax (041) 224-9296. E-mail: sindjor@sindjorpr.org.br

Jornalista Responsável
Mário Messagi Júnior
Reg. prof. 2963/11/1012

Redação
Casemiro Eugênio Linarth
Colaboraram nesta edição
Silvio Rauth Filho, Alexandre Palmar, Milton Ivan Heller, Tiago Cordeiro e Flávia Mendonça
Fotografias
Júlio Covello, Hugo Abati, Maria Sebastiana de Freitas, Carlos Gomes, Sara Leme e Irineu Wlodarczyk
Ilustrações
Simon Taylor

Edição Gráfica
Leandro Taques
Tiragem
3.500 exemplares

As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não são de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não representarem, necessariamente, a opinião de sua diretoria.



ação sindical - I

Julio Covello

Representantes do Sindicato e os prepostos da TV Iguazu no Ministério Público

Sindicato garante direitos de jornalistas da TV Iguazu

Empresa terá que pagar horas extras e deverá parar com estágios irregulares

O Sindicato dos Jornalistas conseguiu uma importante vitória no Ministério Público do Trabalho. Em audiência no dia 14 de agosto, a TV Iguazu assinou um termo de compromisso em que fica obrigada a garantir uma série de direitos aos funcionários jornalistas. Se não cumprir, terá que pagar multa de R\$ 10 mil por obrigação. Pelo documento, a empresa não poderá adotar “banco de horas” (trocar horas extras por folgas). O Sindicato recebeu denúncia de que essa prática, que contraria a legislação, seria adotada pela TV Iguazu. Com a assinatura do termo, todas as horas extras terão que ser pagas e, como determina

a Convenção Coletiva de Trabalho, com adicional de 100%. Outra obrigação é que a jornada dos jornalistas não poderá ser prorrogada além do limite de duas horas.

A TV Iguazu também ficou proibida de levar adiante outra medida irregular. Segundo denúncia

apresentada ao Sindicato, jornalistas foram coagidos a executar a função de operador de VT, desempenhada por funcionários que têm outra regulamentação profissional (de radialista). Outra vitória é que a empresa não poderá continuar com dois estágios, que eram irregulares por três motivos: não cumpriam as

normas fixadas pelo IPEJ (Instituto Paranaense de Estudos de Jornalismo), não foram aprovados pelo Sindicato e tinham o claro intuito de explorar mão-de-obra barata – os estudantes recebiam R\$ 150 mensais.

Além de garantir os direitos dos jornalistas, a assinatura do termo de compromisso inibe a

ofensiva da empresa, que criou um clima de terror na redação e tentou atropelar a legislação trabalhista. O Sindicato espera que a atuação do Ministério Público do Trabalho sirva de aviso para todas as empresas e garante que levará até a máxima instância toda e qualquer denúncia que chegar até a entidade.

- Empresa criou um
- clima de terror na
- redação e adotou
- práticas que
- contrariam a
- legislação trabalhista

ação sindical - II

Sindicato garante pagamento de adicional de hora extra

Rede Paranaense é obrigada a pagar diferença a 76 jornalistas

O Sindicato conseguiu que a Rede Paranaense pagasse adicionais de horas extras devidos a 76 jornalistas, totalizando R\$ 101 mil. A empresa devia esse valor porque pagou apenas 50% de adicional de horas extras de outubro de 1998 a setembro de 1999, período em que a Justiça julgava dissídio da categoria. Concluído o processo, a Convenção Coletiva de Trabalho referente àquele período (98/99) determinou que as horas extras teriam adicional de 100%.

Dessa forma, as empresas que adotaram o adicional de 50% estavam obrigadas ao pagamento retroativo da diferença. A Rede Paranaense, porém, não pagou. O Sindicato entrou na Justiça e, antes do julgamento da ação, a empresa ofereceu um acordo. A proposta foi discutida com os jornalistas e chegou-se a um termo comum: o pagamento da diferença de 50% acrescida de uma correção de 15%.

Os valores devidos serão pagos por débito em conta, no máximo em três parcelas. Para quem tem direito até R\$ 1 mil, em uma parcela, de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil em duas, e acima de R\$ 3 mil em três. “A vantagem do acordo foi o tempo, já que a sentença da Justiça poderia demorar mais de dois anos”, explicou o advogado Sidnei Machado, assessor jurídico do Sindicato.

“Para a diretoria do Sindicato, o acordo foi uma vitória, mas é lamentável que uma empresa do porte da Rede Paranaense não cumpra a lei e tenha que ser pressionada para respeitar os jornalistas. Os patrões dos jornalistas gostam de posar de bons mocinhos nas telas e nas páginas, mas não são muito chegados a respeitar a lei”.



Informe publicitário

Projeto Paraná 12 Meses

É um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, destinado a reduzir a situação de pobreza no meio rural e o manejo e conservação dos recursos naturais. Seu valor é de US\$ 353 milhões, sendo 50% custeados pelo Banco Mundial e 50% pelo Estado.

Objetivos:

- Melhorar as condições de habitação e de saneamento básico da família rural;
- Recuperar e preservar o solo agrícola e o meio ambiente como um todo, para a sustentabilidade da atividade agropecuária;
- Criar novos postos de trabalho no meio rural;
- Promover a agregação de renda à família rural, assim como sua regularidade dentro dos 12 meses do ano.

Atividades desenvolvidas:

- Apoiar financeiramente:
 - reformas de moradias e instalações de água e esgoto nas comunidades;
 - construção de moradias nas “Vilas Rurais” para os trabalhadores;
 - alternativas econômicas para geração de renda na propriedade rural;
 - alternativas econômicas para geração de renda na comunidade ou na vila rural;
 - pequenas construções rurais para uso coletivo dos beneficiários;
 - atividades e equipamentos dirigidos ao controle da erosão e melhoria da fertilidade do solo; à preservação ambiental;
 - aprimoramento dos sistemas de produção agrícola em uso;
 - reconversão dos sistemas de produção ineficientes para outros com maior possibilidade de geração de renda;
 - transformação e comercialização da produção;
 - estímulos à geração de projetos municipais ou regionais de alternativas econômicas da produção agropecuária;
- Promover o aperfeiçoamento profissional dos agricultores e trabalhadores rurais através de treinamentos;
- Custear as atividades de pesquisa agropecuária de interesse dos beneficiários.



desenvolvimento da agricultura, nas quais o Projeto Paraná 12 Meses é um dos instrumentos para a intervenção no processo de reversão do empobrecimento da agricultura familiar.

A concepção do Projeto Paraná 12 Meses considera que a viabilização da agricultura ocorre a partir do desenvolvimento dos agricultores e seus familiares enquanto cidadãos e que depende de seu crescimento como profissionais da agricultura.

Esse Projeto considera que a comunidade é a base para todas as ações e que estas ocorrem a partir da soma da vontade dos indivíduos, traduzida em um Plano de Ação comum.

Sob este aspecto, o Projeto Paraná 12 Meses é um instrumento de assessoramento, orientação, capacitação e apoio financeiro para alavancar as mudanças necessárias para superar os desafios da agricultura familiar no Paraná.

A experiência adquirida em projetos como o Pró-Rural, o PMISA e o Paraná Rural e em outros projetos executados por instituições privadas e organizações não governamentais permitiu estabelecer os elementos norteadores para que este Projeto alcance o desenvolvimento rural e não apenas apoie financeiramente ações isoladas.

É de primordial importância a participação dos beneficiários. O diálogo está aberto entre a estrutura de execução do Projeto e o público. Deste modo o beneficiário será o protagonista de seu próprio desenvolvimento e não objeto passivo de ações paternalistas/assistencialistas. A participação dos beneficiários ocorre em todas as etapas da execução do Projeto.

Procura-se utilizar instrumentos simples, funcionais e acessíveis aos beneficiários, executores e gerentes, compatíveis com a natureza do Projeto.

Há descentralização, já que todas as propostas dos beneficiários serão construídas e implementadas a partir das comunidades, microbacias e grupos.

Os investimentos devem ser sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico, financeiro e social.

No âmbito de sua competência, o Estado do Paraná tem apresentado políticas para o

A liberdade de imprensa no Paraná

Em comemoração ao Dia da Imprensa, o Extra Pauta apresenta nesta edição pontos de vista e depoimentos de autoridades, associações, personalidades e jornalistas sobre o tema: "Existe liberdade de imprensa no Paraná?" O jornal recebeu 11 respostas para a pergunta que fez a pessoas e entidades com visões diferentes sobre o tema, e as publica nas páginas a seguir. Há entre a liberdade de imprensa e a sociedade democrática uma ligação vital. Uma não existe sem a outra. Uma sociedade deixa de ser democrática quando a imprensa é amordaçada. De onde quer que parta, a intimidação feita a jornalistas é uma ameaça à democracia. A do poder político em especial.

A liberdade de imprensa não é apenas nem sobretudo o direito do jornalista de divulgar suas informações. É, em primeiro lugar, o direito dos cidadãos ao pluralismo da informação e da análise. A expressão individual, mesmo nas mãos de um jornalista, é menos importante, para o interesse comum, do que a diversidade, do que o pluralismo, do que a possibilidade democrática de poder comparar as informações e os pontos de vista.

No Paraná, nos últimos meses, pelo menos onze jornalistas e profissionais de comunicação enfrentaram dificuldades para exercer a profissão, através de ameaças, agressões físicas e cerceamento

a suas atividades. A maioria dos casos de violência estão relacionados com denúncias feitas nos meios de comunicação e com o exercício profissional de repórteres-fotográficos e cinematográficos.

Por ter agredido covardemente o repórter cinematográfico Irany Carlos Magno, da TV Iguaçu, Canal 4, o dono da Aymoré Fogos, Rodolfo Gabazin Júnior, foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 700 para uma instituição de caridade. Magno indicou o Hospital de Clínicas. A condenação ocorreu no Juizado de Pequenas Causas, no dia 20 de agosto, e, como o agressor não admitiu a culpa, o repórter-cinematográfico vai continuar com a ação.

Magno foi agredido quando fazia imagens do acidente ocorrido com o avião Navajo, da Táxi Aéreo Weiss, na noite de 6 de junho, no Aeroporto do Bacacheri. Ele filmava a loja de fogos, que se encontra em frente ao local do desastre, ocasião em que foi atacado sem qualquer justificativa e teve seu equipamento danificado. O Sindicato repudiou a agressão em nota oficial e esteve presente no Juizado acompanhando o julgamento.

Luiz Geraldo Mazza, 51 anos de jornalismo e atuando como âncora do apresentador José Wille na Rádio CBN, ficou três meses e meio sem poder usar o microfone, em seis anos de atividade na emissora. No período em que Mazza ficou fora do ar, a rádio recebeu um grande número de e-mails e telefonemas pedindo o seu retorno. O veterano comentarista voltou à programação e continua desempenhando sua função na mesma linha que sempre adotou.

O jornalista Jamur Júnior sofreu censura da Imprensa Oficial do Estado, que se recusou a editar seu livro "Pequena história de grandes talentos - Os primeiros passos da televisão no Paraná". O pretexto alegado foi a narração de fatos que envolviam pessoas ligadas ao governador. A obra foi editada pela Assembléia Legislativa do Paraná, que também cedeu as instalações para o lançamento.

Segundo o relatório elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Eloir Rodrigues, do Diário dos Campos, de Ponta Grossa, foi ameaçado por fazer reportagem apontando o envolvimento de policiais com o tráfico de drogas. O relatório também cita o caso de tentativa de



Sindicato acompanhou Irany Carlos Magno durante o julgamento no Juizado das Pequenas Causas

demissão de Carina Paccola, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Londrina, que foi ameaçada de demissão e proibida de entrar na redação da Folha do Paraná depois que a jornalista saiu em defesa de sete profissionais demitidos pelo jornal.

Em 30 de maio, agentes da Receita Federal apreenderam 100 mil exemplares do "Jornal do Fórum", órgão de divulgação do Fórum de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania do Paraná. Uma queixa crime foi feita contra a jornalista responsável, Léa Okseanberg, na Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas pelo secretário José Cid Campelo. Léa, acompanhada por diretores do Sindicato dos Jornalistas, esteve na delegacia e comprovou que o jornal estava em condições legais. O delegado Armando Marques Garcia liberou a edição, mas pouco depois o jornal foi novamente apreendido e o delegado afastado das funções (*leia mais detalhes na p. 18*).

Por portarem a câmara ou a máquina fotográfica, os mais visados em circunstâncias ou manifestações públicas são os repórteres cinematográficos e os fotográficos. É o caso de Sérgio Gondaki, da TV Bandeirantes, que foi atingido pelas costas e derrubado com chutes nas costelas por um desconhecido no Autódromo de Pinhais, em 2 de junho. José Suassuna, da Folha do Paraná, e José Carlos Marquetti, do Canal 12, tiveram problemas ao captarem imagens durante as votações do projeto de iniciativa popular que pretendia suspender a venda da Copel. Problemas semelhantes enfrentaram, na mesma cobertura, as repórteres Sara Carvalho, do Canal 12, e Gessica Elen, da Gazeta do Povo (*leia matéria na p. 16*).

Enquete

Na enquete sobre a liberdade de imprensa no Paraná, realizada pelo site do Sindicato dos Jornalistas, votaram 49 internautas. A alternativa "Todos são culpados. O Governo e os patrões, por praticarem a censura, e os jornalistas por aceitarem", recebeu 59,18% dos votos, enquanto 26,53% acham que "Governo e patrões são os principais culpados pela censura".

Leia mais detalhes no www.sindijorpr.org.br

A salvaguarda da democracia

Jaime Lerner

Uma nação só pode avançar com justiça social na democracia. E sem liberdade de imprensa não há democracia. A importância de uma imprensa livre se mede pelo funcionamento das instituições que sustentam e balizam o comportamento da sociedade. Porque ela é o olho que vigia o comportamento daqueles que têm o privilégio de servir a quem delegou este poder. Vigia, denuncia e cobra.

O Brasil - e o Paraná em particular - vivem um momento de intensa transformação. A imprensa, também. Como governador deste Estado, sinto-me honrado por ter a oportunidade de participar de uma parte deste processo.

A industrialização e o forte empenho que dedicamos à área de atendimento social para melhoria da qualidade de vida dos paranaenses são fatos que me enchem de alegria por vê-los transformados numa realidade sonhada desde os tempos em que iniciei na vida pública.

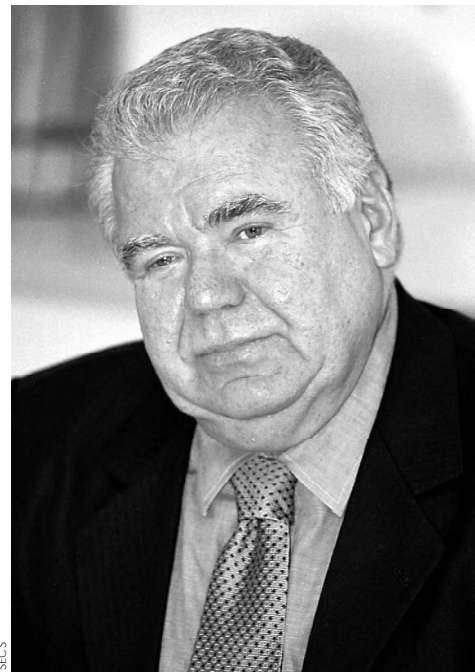
Não me acanho em afirmar que, por obra do momento vivido no país, estes fatos não conseguiram a repercussão esperada na mídia. Sim, eles foram anunciados, mas a conjuntura econômica e o enfoque

adotado por muitos veículos de comunicação - sobretudo a partir da chamada "pauta de Brasília", que faz do escândalo a sua matéria-prima permanente -, de certa forma colocaram em segundo plano o que foi feito.

Entendo perfeitamente o que acontece. Acho que a "onda" de denúncias que tomou conta da imprensa brasileira é saudável na medida em que tornou mais transparente a atividade política e está colocando ao largo da vida pública aqueles que não merecem confiança. Ao mesmo tempo, também acredito que questões importantes para a vida das cidades e das comunidades foram temporariamente esquecidas.

Recebo elogios, assim como fui e sou alvo de ataques através da imprensa. Faz parte do jogo democrático. Tenho procurado responder às críticas que considero injustas, mas serei sempre um defensor da liberdade de imprensa. Tenho certeza que, assim como o tempo e a história mostrarão a verdade em sua essência, meu trabalho para a melhoria da qualidade de vida dos paranaenses receberá o devido reconhecimento. Tenho a consciência tranqüila, porque cumprio o meu dever honestamente. Assim como a imprensa do Paraná.

Jaime Lerner é governador do Paraná



"Sem liberdade de imprensa não há democracia"

Os malabarismos da imprensa

Arquivo Senado Federal



"Liberdade de imprensa vai mal no Paraná"

Roberto Requião

Em vez de teorias, da retórica e floreios, vamos à verdade dos fatos. E o fato é: vai mal das pernas a liberdade de imprensa no Paraná.

Dou-me como exemplo: desde que saí do governo, em 1994, não dei nenhuma entrevista ao vivo aos principais canais de TV do Estado. Não reclamo espaços privilegiados. Falo tão somente em divulgar notícias, de interesse jornalístico, que me envolvam.

Há cerca de três semanas, toda a mídia divulgou pesquisa do Ibope, sobre a corrida eleitoral do ano que vem. A vantagem do meu mais forte concorrente foi destacada com manchetes e fanfarras. Só que ninguém revelou um detalhe: tratava-se de uma pesquisa feita há mais de um mês e que, inexplicavelmente, via-se publicada com sabor de novidade.

A contra-face: em seguida, distribuí pesquisa recente da tendência do eleitorado de Curitiba. Com a exceção de um único jornal, o restante da mídia ou ignorou-a ou publicou-a distorcendo e ironizando os números. Até parece que a mídia fez um "acordo branco" contra a oposição e já elegeu o seu candidato e por ele trabalha com desassombro.

O que relato soma-se a tantos outros fatos bem mais graves, em que a censura escondeu dos paranaenses acontecimentos de extrema importância. Cito-os: acordos secretos com a Renault; a quebra e

a privatização no Banestado; as concessões de estradas; venda de 39% da Sanepar; os Jogos da Natureza; a compra de títulos podres, os tais precatórios, que agora complicam a venda da Copel.

Deve ser inscrito nos anais dos absurdos da imprensa costume freqüente de órgãos da imprensa paranaense: a publicação do desmentido, sem mesmo publicar a notícia que originou o tal desmentido.

Meses atrás, talvez há um ano, escrevi carta a determinado diretor de jornal, reclamando contra o tratamento dado a mim. Não é que, dia seguinte, em todas as primeiras páginas de todos os jornais paranaenses publicou-se uma nota repudiando a minha carta, sem que um jornal sequer houvesse publicado antes o teor da minha repudiada missiva? Fico imaginando a confusão do leitor diante desse estranho malabarismo da nossa imprensa.

Fica aqui uma sugestão ao Sindicato de Jornalistas e aos jornalistas: que tal um seminário onde possamos discutir a sério a liberdade de imprensa no Paraná?

Por último, uma observação. As coisas não são diferentes quando se trata da mídia nacional. A única diferença está na proporção dos fatos. Afinal, os compromissos da grande mídia não se ajustam propriamente aos interesses populares e nacionais. Esses ficam para a mídia alternativa defender.

Roberto Requião é senador pelo Paraná no Congresso Nacional

Um direito consagrado pelas leis

Vicente Troiano Netto

Questionado sobre a existência ou não de liberdade de imprensa no rádio, jornal e televisão, aqui no Estado do Paraná, nada me faz crer que inexista tal liberdade.

Talvez até não seja a liberdade ampla, sonhada pelos utópicos, aquela para a qual não deveria haver limites, barreiras ou responsabilidades. Mas, existe a liberdade consagrada pelas leis e pela Constituição. A liberdade de informar, analisar os fatos, emitir opiniões, criticar. E liberdade, já dizia Montesquieu, é o direito de fazer tudo o que a lei permite.

Com efeito, não tenho conhecimento de que haja qualquer espécie de censura prévia em nenhum dos segmentos da imprensa paranaense.

Até onde sei, as notícias são colhidas e divulgadas normalmente, sem restrições ou censura.

Naturalmente, quando há abusos, isto é, quando a liberdade de informar, ou de opinar, ultrapassa os limites dos direitos legais ou constitucionais,

dos cidadãos ou do Estado, aí, sim, como em qualquer país civilizado, podem surgir reações. E, então, uma vez acionada e apurados os fatos, a Justiça faz o que lhe compete, aplicando as penalidades cabíveis, se for o caso.

Ora, longe de caracterizar abuso ou cerceamento, tal procedimento não passa do exercício de um direito, por quem se sinta prejudicado ou atingido. Nada, pois, sob o aspecto legal, que ofenda a liberdade de informação ou de opinião, nada que implique em violação dessa liberdade ou que se traduza em cerceamento. Assim, eventuais condenações não significam arranhão ao direito de informar, à liberdade de expressão.

Entendo, por outro lado, ser a liberdade de imprensa um direito consagrado e indissociável de qualquer regime de governo verdadeiramente democrático, ainda que, como em toda atividade humana, sujeita a possíveis excessos.

Desembargador Vicente Troiano Netto, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná



"As notícias são divulgadas sem restrições"

■ Liberdade, segundo Montesquieu, é o direito de fazer tudo o que a lei permite

Um ambiente de maior liberdade

Maria Sebastiana de Freitas



"Liberdade de imprensa a serviço do cidadão"

Hermas Brandão

Pergunta-me, o Sindicato dos Jornalistas, se acredito existir liberdade de imprensa no Paraná. A resposta, em minha opinião, é sim. Vou além. O ambiente de liberdade na imprensa paranaense é crescente. A conclusão a que chego parte da observação direta do que vejo publicado em jornais e revistas, do que ouço e assisto no rádio e na tv.

A variedade de temas e a profundidade com que são tratados se dão na razão direta da verdadeira explosão editorial a que o mercado paranaense pôde assistir nos últimos anos, especialmente depois da estabilização da moeda e do advento da internet.

Os canais pelos quais a informação circula hoje no Paraná, sejam impressos ou eletrônicos, são múltiplos, num contraste evidente com o que se observava até o final dos anos oitenta. E, por extensão, o conteúdo a preencher essa multiplicidade de meios de comunicação tornou-se, também, mais amplo e variado. O resultado, naturalmente, é um ambiente de maior liberdade.

Na condição de chefe do Poder Legislativo,

■ A explosão editorial dá mais espaço também para o exercício de opiniões

habituaado ao exercício permanente do contraditório, à prática continuada do debate entre opiniões divergentes, da qual a Casa extrai sua força, observo com satisfação o novo quadro da imprensa paranaense.

Multiplicidade de meios significa maior espaço para reportagens e, também, para o exercício de opiniões. Contudo, representa simultaneamente maior carga de saudável responsabilidade sobre os ombros daqueles que têm a função de investigar, redigir, editar e publicar fatos, isto é, os jornalistas.

Acredito que a liberdade de que a imprensa goza deve ser colocada sempre a serviço do cidadão, que espera qualidade editorial, atributo essencial ao qual se somam a responsabilidade no trato da notícia, o respeito pela veracidade dos fatos e a indispensável dignidade de quem está sempre pronto a corrigir eventuais equívocos.

É o melhor. Tudo isso pode ser encontrado, com consistência cada vez maior, na imprensa paranaense, que se mostra madura e plural, retrato de nossa própria sociedade.

Hermas Brandão, deputado estadual, é presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

Imprensa, sociedade e democracia

Marco Antonio Teixeira

A imprensa colhe os fatos, processa-os e os expõe ao público. Alguns órgãos o fazem com mais, outros com menos independência, isenção e qualidade. Imprimir gradação positiva a tais atributos é a tarefa relevantíssima a cargo dos que dirigem meios de comunicação. A realidade será certamente melhor compreendida e sobre ela, por decorrência, com maior efetividade a população poderá operar, influenciando seus caminhos, quando isentamente informada.

A responsabilidade que daí deriva é substancial, pois estará sempre a condicionar, conforme seja exercida, um eventual rebaixamento crítico e acanhamento cultural e social dos indivíduos ou os elevará dessas platitudes.

Submetida aos fluxos e refluxos próprios de cada tessitura social (às vezes, contra ela se insurgindo), a imprensa sempre se constituiu em eficaz agente transformador do contexto em que interage. O próprio Ministério Público é clara indicação desse importante fenômeno.

Sua recente presença na mídia, que data de poucos anos, fez por descortinar para a sociedade uma

Divulgação



"A imprensa sempre foi agente transformador eficaz"

Instituição que, durante décadas sempre atuando em favor dos valores mais importantes da sociedade, era ainda assim bastante desconhecida. Informação em grande escala sobre o que é o Ministério Público, para que serve, quais os destinos jurídico-sociais que deve perseguir, como está ele disponível para atender a população, como pode servir de instrumento à cidadania, colocaram-no na posição de verdadeiro mediador entre a sociedade e o Estado. A partir das novas e relevantes atribuições deferidas ao Ministério Público pela Constituição Federal de 1988 e da

divulgação pela imprensa de muitas de suas ações institucionais desenvolvidas a partir daí, revelou-se um novo quadro, positivo para todos: Procuradores e Promotores de Justiça vendo seu trabalho (re)conhecido, a população ciente de com eles poder contar na preservação de seus interesses maiores.

Conquanto não se tenha escrito, ainda, o último e definitivo capítulo acerca de algumas questões éticas que afligem a própria imprensa, por ela própria reconhecidas, é tanto mais difícil fazê-lo em meio a uma realidade social em movimento rápido e, muitas vezes, de contornos imprecisos. Não obstante, um fato parece claro: tem a imprensa uma resolutiva função de sublevação a cumprir, que é justamente permitir a compreensão da existência da aldeia eletrônica e, também, da (extremamente pobre) aldeia do vale do Ribeira, explicitando às pessoas a enganadora e contraditória distância entre ambas no Brasil, próximas e ao mesmo tempo distantes as duas. Fazer ver o drama intenso, a enorme tragédia que nessas medidas se encerra e o ressurgimento que, paradoxalmente, daí poderá emergir.

Marco Antonio Teixeira é Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná

Fiat Allis

Não existe liberdade no Paraná

Florivaldo R. de Souza

Para a Central Única dos Trabalhadores, episódios recentes atestam que a liberdade de imprensa no Paraná vem sendo vítima de graves atentados por parte do Estado. Tais acontecimentos, próprios de governos impopulares, são vistos com muita preocupação pelas entidades do movimento social.

O seqüestro do jornal do Fórum de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania, em fins de maio, é prova de que vivemos sob um governo que não admite que a oposição a seu projeto se manifeste, apesar das garantias constitucionais à livre expressão das idéias.

Para impedir a circulação daquele jornal, o governo Lerner reeditou práticas comuns ao regime militar. Em primeiro lugar, a apreensão, em frente ao prédio da CUT, foi precedida, certamente, de uma operação de espionagem que deve ter incluído até grampo nos telefones das entidades do Fórum. Em seguida, forjaram-se irregularidades para justificar o seqüestro. Depois, vieram as ameaças de prisão e multa contra o presidente estadual da CUT, Roberto von der Osten, e contra a jornalista responsável pela publicação, Léa Okseanberg.

Mas não se trata do único caso de cerceamento à liberdade de imprensa. O semanário "Impacto"

também teve uma de suas edições apreendidas, logo em seguida. Outras publicações, cartazes, panfletos etc. foram alvo da repressão lernista, inclusive com a prisão de militantes de oposição, ao longo dos últimos seis anos e meio.

Tais agressões não constituem ações isoladas. Pior ainda, fazem parte de um "pacote" repressivo que inclui as mentiras da propaganda oficial, os bloqueios rodoviários e o uso cada vez mais freqüente da violência policial para reprimir os movimentos de oposição, entre outros abusos.

A mordaza econômica na grande imprensa também não pode deixar de ser analisada como fator restritivo à democratização das informações, visto que compromete profundamente o conteúdo das publicações, tornando ainda mais reduzido o espaço de opinião dos sindicatos, dos movimentos populares e dos partidos de esquerda acerca dos grandes assuntos nacionais.

Divulgação



"No Paraná, vários direitos são violados sistematicamente"

Isso tudo confirma que, no Paraná, não existe liberdade. O que existe é a violação sistemática de diversos direitos. Aliás, em nota oficial da seção estadual do Fórum de Luta - do qual a CUT é uma das entidades coordenadoras - concluímos que a violência, em nosso estado, é política de governo.

A CUT foi protagonista, desde sua fundação, de todas as lutas

do povo brasileiro pela vida e pelas liberdades democráticas. Sabemos o quanto foi preciso lutar para incluir, na Constituição Federal, cada uma das garantias à liberdade de manifestação e expressão.

Portanto, nossa tarefa é denunciar os abusos e organizar a resistência, junto com outros segmentos do movimento social, às tentativas de reedição, no Paraná, dos anos de chumbo do regime militar.

Florivaldo R. de Souza é secretário geral da CUT/PR

Censura aos setores populares

Edson Marcos Bognara

No Estado do Paraná, os meios de comunicação tratam a verdade como se ela tivesse origem no Governo do Estado, e não

nos fatos que acontecem na realidade. Assim, pode-se afirmar que a maioria dos meios de comunicação exercem um determinado grau de censura aos fatos relacionados a setores sociais e políticos que se manifestam contrários ao projeto da elite.

Parte dos meios de comunicação estão sempre dispostos a propagandear eventos de cunho empresarial e conservador ou vinculados ao Estado.

Basta olhar o momento que atravessamos no Paraná, onde mais de 80% da população são contrários à

privatização da Copel. Mesmo assim, o governo e os setores que lhe dão sustentação tentam a todo custo privatizar a empresa.

Quando se trata de divulgar resultados de conquistas ou avanços sociais, econômicos, culturais e ambientais produzidos por grupos e organizações não atrelados ao Estado, parte dos meios de comunicação simplesmente ignoram ou minimizam as informações. Se possível, procuram desmoralizar tanto os acontecimentos quanto as organizações a que eles se referem. Um exemplo são os resultados obtidos pela Central de Movimentos Populares (CMP), pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), pelo

Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), pelos professores, funcionários públicos,

caminhoneiros e por outras organizações.

Os meios de comunicação, em sua maioria, tratam esses movimentos sociais e populares como se fossem nocivos, perigosos e até criminosos. Do ponto de vista deles, os movimentos são um estorvo para a democracia burguesa.

Nós, dos movimentos sociais, que temos uma visão diferente, inovadora, uma proposta popular para o país, que resolva de fato os problemas da fome, da terra, da moradia, da educação, da saúde, do desemprego e do meio ambiente, não podemos ter ilusões de que algum dia teremos espaço nos meios de comunicação controlados por uma burguesia conservadora que se mantém no poder graças à ignorância da grande maioria que é enganada e manipulada pelos doutores do poder.

Devemos seguir a dica de um grande empresário da comunicação social brasileira: se vocês quiserem divulgar suas idéias, seus projetos, suas conquistas, criem seus próprios meios.

Edson Marcos Bognara é componente da coordenação estadual do MST/PR



Itaipu sempre à mão

A Divisão de Imprensa da Itaipu Binacional vai colocar a maior hidrelétrica do mundo nas mãos dos jornalistas de todo o Brasil. A partir deste mês, será mais fácil obter informações sobre a usina. Bastará consultar "O bê-á-bá da Itaipu", um manual que reúne os principais dados da hidrelétrica, condensados a partir das dúvidas mais comuns de jornalistas respondidas pela Divisão de Imprensa. Com texto direto e de fácil consulta, esse manual vai ajudar as redações a economizar o que elas menos dispõem: tempo.

O manual traz informações sobre as datas mais importantes da história de Itaipu, suas características técnicas, comparações para ilustrar a produção de energia, pagamento de royalties, tarifas cobradas pela venda de energia e muitos outros dados - sempre bem-vindos, principalmente na hora do fechamento. Mais do que uma fonte de consultas, o manual também é uma agenda de telefones, para ficar sempre à mão dos jornalistas.

A partir de agora, quando o assunto for Itaipu, o "deadline" de muitas redações vai se transformar numa moleza.

Nota da Redação: se você quer um Bê-á-bá, entre em contato com a Divisão de Imprensa por intermédio do e-mail imprensa@itaipu.gov.br



Divisão de Imprensa
Centro Executivo - Av. Sílvia Américo Sestelli s/n
Vila "A" - Foz do Iguaçu - PR
CEP: 85.857-670 - Fone: (45) 520-5075

Rua: Comendador Araújo, 551
Curitiba - PR
CEP: 80420-000 - Fone: (41) 321-4149
Internet: <http://www.itaipu.gov.br>



Interferências na linha editorial

Quem não lembra de um episódio “protagonizado” pelo jornal Gazeta do Paraná, de Cascavel, em que o governador Jaime Lerner simplesmente desapareceu de uma foto publicada na primeira página daquele veículo. Deixando de lado a figura política envolvida e focando na postura do dono da publicação (o empresário Marcos Formiguieri), este foi, talvez, o exemplo mais visível e grosseiro de censura imposta aos noticiários. Desafeto do governador, o dono da Gazeta do Paraná não teve dúvida. Em vez de simplesmente não publicar a foto decidiu apagar a indesejável presença da imagem.

O mais grave é a censura que o leitor não vê. Ou melhor, que os donos de jornal acham que o leitor não percebe. Porque ele percebe e cobra. Mas cobra do jornalista, que não raro é quem leva a fama de conivente com esta ou aquela corrente. Alguém pode dizer: “Mas, se ele não concorda, que troque de veículo.” Qual deles, no entanto, pode bater no peito e se vangloriar que situações como essa nunca ocorreram?

A Gazeta do Povo nos fornece vasto material para esta discussão. É preciso, porém, que se faça justiça. A situação já foi bem pior, embora esteja anos-luz de distância do ideal. Houve época em que a censura não se limitava à imposta pelo dono do jornal. Membros da cúpula da redação acumulavam a chefia do jornal com inúmeras assessorias. E não sentiam um pingão de constrangimento em empurrar seus assessorados para as páginas do jornal. Ou então em vetar matérias que podiam agradar algum de seus clientes. De uns cinco anos para cá, a “nova direção”, representada pelos filhos do Dr. Francisco Cunha Pereira, Guilherme e Ana Amélia, muito fizeram para acabar com esses desmandos. Mas daí a convencer o pai a deixar de

interferir tanto na linha editorial é outra história.

Um exemplo gritante foi a cobertura do caso Belinati. Somente muito tempo depois que as primeiras denúncias contra o ex-prefeito londrinense começaram a pipocar é que o jornal publicou as primeiras linhas sobre o tema. Mais precisamente quando foi determinado o seu afastamento. Lógico, denúncias exigem cautela. A imprensa tem um poder de fogo muito grande. Mas cautela não significa impedir a publicação de denúncias de interesse do cidadão e ficar aguardando que a Justiça tome uma decisão para só depois noticiá-la. Fosse assim, talvez o ex-presidente Fernando Collor de Mello tivesse completado o seu mandato.

Cansados de ter suas matérias vetadas, não raro editores e repórteres passam a se autocensurar. Menos grave na minha opinião, mas também reprovável, essa prática lesa o leitor. Também lesa, é claro, o próprio jornalista, que acaba assumindo a responsabilidade por omitir uma informação.

O que muitos donos de jornal ainda não perceberam é que, para sobreviver, os veículos de comunicação precisam de credibilidade. E isso só se consegue criando alguns inimigos. Não deixando, por exemplo, de denunciar irregularidades de determinada companhia porque ela é anunciante do jornal, não colocando os interesses pessoais acima da notícia. O resto é consequência: um jornal de credibilidade agrega leitores; se o jornal tem credibilidade e boa massa de leitores, conquista anunciantes. A equação é bastante simples.

Depoimento de um ex-editor de política de um jornal de Curitiba.

O efeito nefasto da censura política

A censura nas editorias de política dos jornais paranaenses é gritante. Pelo que é publicado já é possível verificar que não há liberdade de imprensa neste Estado. Se consultar os editores de política, terá a certeza de que a censura é regra. O proprietário do jornal quase sempre é muito atrelado a um grupo político e é este grupo que passa a dar as ordens. Trabalhei em um jornal em que era proibido citar determinados políticos. Só era permitido falar mal deles. Tudo porque eram desafetos do grupo político que apoiava o jornal.

Como editor de política, por diversas vezes tive que passar por situações constrangedoras. Recebi ordens para excluir matérias excelentes, mas que prejudicavam o projeto político de pessoas e grupos ligados ao jornal.

Dividi essa frustração com editores de política de outros jornais e verifiquei, pelo depoimento deles, que uma censura semelhante ocorre nos principais jornais do Paraná. É nítido que os principais jornais estão atrelados ao grupo que hoje está no Governo do Estado e na Prefeitura de Curitiba. Matérias que contrariam esse grupo são jogadas no lixo. Denúncias contra esse pessoal sequer são incluídas na pauta de reportagens desses jornais.

A censura que é praticada hoje no Paraná tem um efeito mais nefasto do que aquela da ditadura militar. Naqueles tempos, a população sabia que existia uma ditadura, um ditador e uma censura. Era só olhar as receitas de bolo nos jornais e as fardas dos governantes. Hoje os ditadores se travestem de tecnocratas e, com o dinheiro do povo, controlam os jornais. Mas a grande maioria da população não fica sabendo disso e continua caolha, vendo só um lado da moeda, sem perceber que a democracia foi surrupiada pelo poder econômico e a liberdade de imprensa é uma utopia. Só nós, jornalistas, é que conseguimos enxergar essa cruel realidade e conviver com isso.

Depoimento de um ex-editor de política de outro jornal de Curitiba

A autonomia do repórter

Tiago Cordeiro

Engraçado. Recebi a proposta de escrever sobre liberdade de imprensa um dia depois de o meu jornal publicar uma matéria que, apesar de assinada por mim, reproduz exclusivamente a ideologia da empresa. Jaime Lerner esteve em São Paulo e fui designado para visitar o centro da cidade com ele. A pauta partia do pressuposto de que o governador do Paraná tem autoridade para opinar sobre problemas urbanísticos da metrópole.

Fiz meu trabalho: passeamos por pontos problemáticos e escrevi suas observações. No texto de abertura, listei suas credenciais urbanísticas. Meu editor perguntou o que eu achava do título: "Procurando uma Curitiba em São Paulo". Achei coerente com a proposta da pauta. Assim se fez.

O leitor pode concluir que é assim que eu penso. Não é verdade. Não concordo com o pré-conceito, já tão batido, de que Curitiba é cidade-modelo. Nem acho que meu entrevistado deveria criticar uma capital tão diferente, mesmo que algumas de suas propostas sejam interessantes. Acho a gestão do governador discutível, no mínimo. Liberdade de



imprensa e poder estão intimamente ligados, é óbvio. Cláudio Abramo tem razão: "Como todo

jornalista é candidato a intelectual – embora não seja, jornalista é só o sujeito que trabalha em jornal -, abriga a ilusão de que tem poder. Mas, no jornal, o poder é do dono." Aqui em São Paulo o controle existe e é eficaz. Mas, dentro das minhas limitações de repórter iniciante, tenho autonomia. Com exceção de uma ou outra "reportagem-tese" encomendada, posso repensar a pauta quando ela não coincide com a apuração. E o poder, mesmo que sempre limitado, cresce à medida que o profissional ganha experiência e respeito.

Como o próprio Mário Sérgio Conti apontou quando assumiu o Jornal do Brasil, um jornalista esperto tem controle absoluto sobre o que é publicado em seu nome. Nós, paranaenses, somos provincianos. As relações de poder dentro da redação, e entre a redação e o proprietário, são bem mais toscas. Posso não poder mudar uma pauta elogiosa com o Lerner, mas pelo menos aqui a página de política não é censurada pelo patrão todo santo dia. Por isso deixei Curitiba e vim para a cidade grande. Aqui o debate sobre liberdade de imprensa faz mais sentido.

Tiago Cordeiro formou-se em 2000 pela Universidade Federal do Paraná e atualmente trabalha no Jornal da Tarde em São Paulo

Que liberdade é essa?

Flávia Mendonça

É interessante observar como no Brasil, e especialmente no Paraná, a tão defendida liberdade de imprensa ganhou uma roupagem um pouco diferente daquela pregada no banco das facultades. Liberdade de imprensa é, na realidade, a liberdade que as empresas jornalísticas têm para escolher o que vão ou não publicar e de que maneira o farão, e não um princípio existente para garantir o direito que o público tem de receber informações de qualidade, sem manipulação ou censura de cunho político ou ideológico.

A censura, portanto, continua a existir, só que desta vez praticada pelos próprios jornais, que impedem a publicação de certos assuntos que não são de seu interesse. E não é só no Paraná que isso

ocorre. O quadro é o mesmo em todo o Brasil. Só que aqui a coisa é tão escancarada que chega ao ponto, por exemplo, de a emissora regional de TV com maior audiência no Estado se negar a produzir reportagens sobre a cassação do ex-prefeito de Londrina, Antônio Belinati; ou de haver uma imensa manifestação popular contra a privatização da Copel em frente à Assembléia Legislativa e a mesma emissora de TV não mostrar uma imagem, sendo que mais tarde as imagens apareceriam no jornal de cunho nacional da mesma emissora.

É realmente desanimador ser estudante de jornalismo no Paraná e olhar para a imprensa na

qual teremos que trabalhar. Uma imprensa completamente controlada por interesses políticos e econômicos, que não tem nenhum compromisso com seu público, com sua necessidade de receber informações de qualidade. Uma imprensa que se nega a tocar em determinados assuntos, como se eles simplesmente não existissem, ou que relata alguns fatos de maneira tão descaradamente tendenciosa que chega a ser risível, para não dizer revoltante.

Flávia Mendonça, 20 anos, é aluna do primeiro ano de Jornalismo na UFPR

Os jornais impedem a publicação de certos assuntos que não são de seu interesse

DESCONTO DE 25% NOS SERVIÇOS PARA ASSOCIADOS!

Assistência Técnica, Comércio, Instalação e Configuração de Microcomputadores, Impressoras, Monitores e Acessórios em Geral.

Fone: (41) 9987-5557 Web: www.washimi.cjb.net E-mail: jorge@washimi.cjb.net

Uma descaracterização da imprensa

Os períodos de liberdade de expressão no Brasil são exceção; hoje predomina a censura econômica, segundo Milton Ivan Heller

Hugo Abali



Milton Ivan conta a história da censura no país

Hoje existe nos jornais uma censura mais cruel do que a do regime militar: a censura econômica. Eles são condicionados a ficar de bem com o governo, que é o maior anunciante dos meios de comunicação. É o que emprega o maior número de marqueteiros e publicitários, pagando-os regiamente. Isto leva a uma descaracterização do papel da imprensa.” As palavras são de Milton Ivan Heller, 42 anos de jornalismo, iniciados em 1959 no extinto “Correio do Paraná”.

Milton Ivan diz que o Paraná é um Estado com problemas de toda ordem, mas eles não aparecem nos jornais. “Ao contrário, os meios de comunicação noticiam que as coisas não são tão ruins, a não ser um ou outro que consegue quebrar o bloqueio. Trabalhei na “Última Hora” e lembro que na época a reportagem era valorizada. Hoje as mesmas notícias são publicadas em todos os jornais. Quando são boas, o esforço é do próprio repórter. O jornal não tem uma política de valorização da reportagem.”

Segundo o jornalista e historiador, a restrição à liberdade de imprensa começou no país com o primeiro jornal brasileiro, o “Correio Brasileiro”, continuou durante o Império e foi um dos temas da primeira reunião do governo republicano, sob os protestos de Benjamim Constant, ideólogo dos republicanos.

No Paraná, o primeiro jornal, “O Dezenove de Dezembro”, que começou a circular em 1º de abril de 1854, já nasceu com sustentação do governo da Província. Era um diário oficial. Graças a isso tornou-se fonte de consulta dos historiadores. Logo em seguida, começaram a surgir vários periódicos em Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa. Jornais abolicionistas apareceram na época da escravidão e republicanos nos últimos anos do Império. Eram muito combativos. Muitos tiveram problemas com o chefe de polícia, que era a autoridade encarregada de controlar os jornais.

No Estado Novo, Getúlio Vargas criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), dirigido por Lourival Fontes. De 1937 a 1945, a censura do DIP era escancarada. Depois, até 1964, houve um período de relativa liberdade, inclusive com abusos, denúncias vazias e muito sensacionalismo. Em 1964

veio um novo fechamento e a censura só acabou no final do regime militar, pouco antes da posse de José Sarney como presidente.

Milton Ivan faz questão de citar que, depois de 1964, o último preso político brasileiro foi o jornalista Juvêncio Mazarollo, diretor do semanário “Em Tempo”, de Foz do Iguaçu. Era um jornal graficamente bem feito, tamanho tablóide, com boas reportagens. Dedicava-se ao que hoje se chama defesa dos excluídos. Defendia os colonos que tiveram suas terras inundadas pela represa de Itaipu e intercedia pelas comunidades indígenas.

Juvêncio escreveu editoriais criticando o ministro Delfim Netto e foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Foi julgado e condenado a quatro anos de prisão. Como era jornalista, ficou no Distrito Policial do Novo Mundo. Juvêncio não se conformava, pois não havia cometido crime algum. Houve mobilização e a defesa recorreu. Com o recurso, a pena foi elevada para seis anos. O jornalista fez greve de fome. Como o presidente João Figueiredo havia enviado uma primeira lei de anistia ao Congresso, graças a ela o advogado conseguiu que o Superior Tribunal Federal anistiasse Juvêncio.

No processo montado contra Mazarollo foi pedida ao Sindicato de Jornalistas uma declaração e este enviou um documento declarando que ele não era jornalista. “Significava dizer que o Paulo Pimentel ou o Francisco Cunha Pereira Filho também não eram”, pondera Milton Ivan. “Ele era o dono do jornal.”

Na época dos militares, “O Estado de São Paulo” publicava os Lusíadas quando era censurado. O “Jornal da Tarde”, mais sutil, trazia receitas de bolo. No Paraná, quando havia algum problema, o secretário do jornal era chamado à 5ª Região Militar ou à Polícia Federal e eram feitos acordos.

Um dos principais casos de censura no Paraná nesta época foi o do “Show do Jornal”, do Canal 4, ligado então à Rede Globo, com audiência absoluta. A empresa havia comprado equipamentos novos e recrutado profissionais de primeira linha.

Fez algumas críticas ao governador Haroldo Leon Peres, nomeado pelo governo militar. Leon Peres se irritou e mandou apreender o script pouco antes de o programa ir para o ar. Mesmo assim, o programa apareceu no vídeo, com a câmara focalizando os três apresentadores, que ficaram mudos. O jornal acabou e não apresentou nada. “A repercussão foi maior do que se tivessem feito um editorial”, avalia Milton Ivan.

Outro atentado contra a livre manifestação ocorreu com o jornal “Poeira”, editado por alunos da Universidade Estadual de Londrina, de responsabilidade do diretório acadêmico. Muito bem feito, safa de vez em quando. Criticava o sistema educacional, o governador e o prefeito. O jornal teve de mudar de sede diversas vezes. Sua última iniciativa foi convidar Aleomar Baleeiro, que havia sido deputado constituinte pela UDN, de formação democrática, para fazer uma palestra. Os militares acharam a presença dele insuportável e conseguiram evitar a conferência. E inviabilizaram o jornal.

Para combater a censura havia nesta época os jornais alternativos. No Paraná, Domingos Pellegrini editou o “Fala Paraná” em Londrina e o “Boca no Trombone” teve uma curta circulação em Curitiba. Houve ainda outras tentativas, como o “Palavra”, uma cooperativa de jornalistas, que não chegou a concretizar-se. Joana Lopes, de Londrina, tentou organizar o jornal “Brasil Mulher”, mas a redação funcionava em São Paulo. Saíram alguns números, porém o Dops apreendeu uma edição, prendeu vários redatores e o jornal fechou.

No Paraná existem problemas de toda ordem, mas eles não aparecem nos jornais

Liberdade total na Internet

Uma pessoa que tenha um computador e uma conexão à Internet pode, hoje, de sua casa ou de um cibercafé, comunicar suas opiniões ao mundo inteiro. Basta que crie um site, tome parte num fórum de debate ou divulgue correios eletrônicos. Se for preciso, essa pessoa pode denunciar, sem nenhum controle, os atentados à liberdade ou à repressão que ocorrem em seu país, por mais fechado e autoritário que ele seja. Um exilado político da Líbia, do Vietnã ou do Gabão pode agora publicar informações dirigidas a seus compatriotas que ficaram no país, sem ser incomodado pelos sistemas de vigilância tradicionais. Do Chile à Argélia, um jornal censurado pode em poucos minutos publicar suas matérias em servidores dos Estados Unidos, da Escandinávia ou da França.

Repórteres sem Fronteira e Transfert.net, duas entidades internacionais que se dedicam à defesa da liberdade de expressão, acreditam que esta não deve ser restringida na Internet. Se todas as burocracias e todos os grupos de pressão do mundo conseguissem impor seus próprios valores e tabus a toda a rede, a Internet deixaria de existir como um lugar de livre expressão. Nenhuma autoridade local deve se arrogar o direito de definir as fronteiras do que é política ou moralmente aceitável.

Nem tudo o que é condenável moralmente deve receber uma punição penal. Para combater os propagandistas de idéias ou opiniões racistas e xenófobas, Repórteres sem Fronteira e Transfert-net acreditam que de nada adianta montar um arsenal legislativo cada vez mais draconiano. Evidentemente, a liberdade de expressão é perigosa, mas os entraves a essa liberdade são mais ainda.

A organização Repórteres sem Fronteira considera a Internet um instrumento ideal para frustrar a censura que ela combate há quinze anos, no mundo inteiro. O site de Repórteres sem Fronteira reproduz sistematicamente as matérias censuradas e hospeda jornais proibidos, participando da luta pela liberdade de expressão.

Quando é deixado na Internet, um texto se torna quase impossível de apreender: graças à solidariedade da rede e à militância de alguns

internautas, ele é descoberto e protegido, e se multiplica em sites espelhos distribuídos por todos os continentes. Uma mensagem lançada num fórum de debate dá a volta ao mundo em menos de 48 horas, duplicada automaticamente em vários milhares de exemplares. Além disso, se tiverem as habilidades técnicas necessárias, seus autores têm boas chances de preservarem o anonimato.

Por enquanto, nenhum Estado conseguiu controlar a Internet realmente. Mas a corrida

repressivas é desenvolvido. Os regimes mais autoritários fazem leis, vigiam e censuram com uma energia reforçada pela sensação de que uma corrida de velocidade começou contra a ciberdissidência. Na Coreia do Norte não há nenhum servidor e nenhuma conexão é possível. O país de Kim Jong-II é o único no mundo onde a Internet não existe, o que não impede Pyongyang de manter vários sites de propaganda hospedados no Japão. Rica e pouco povoada, a Arábia Saudita preferiu construir um

gigantesco sistema de filtragem de endereços e conteúdo, em Jedá. Ao contrário dessa "Intranet nacional", a China, que já contaria 20 milhões de internautas, forma brigadas de policiais para "a guerra contra os artigos antigovernamentais e anticomunistas publicados na Web", e se dota de uma disposição legislativa extremamente repressiva: a cibercriminalidade é passível de pena de morte.

No Ocidente, o medo de uma Internet sem controle, perfeitamente administrada por entidades supranacionais, se traduz por tentativas repetidas de enquadramento legislativo. A França foi pioneira nesse campo, pois quis regulamentar o uso da rede quando ainda era embrionária. Depois, os projetos de leis se sucederam, mas se chocaram com o princípio constitucional que garante a liberdade de expressão. Na Alemanha, juízes

manifestaram uma vontade parecida de controlar e censurar a rede, sobretudo para proibir o acesso a alguns sites neonazistas hospedados nos Estados Unidos, mas tiveram de capitular duas vezes. Nos Estados Unidos, onde a circulação da informação na Internet é protegida pela primeira emenda à Constituição, a direita conservadora agita o espantinho da "contaminação pornográfica" para exigir a votação de leis restritivas.

Nesses três países, as restrições legais à divulgação de informações na Internet continuam excepcionais, ainda hoje. Mas, diante da indefinição jurídica que prevalece, existe o perigo real de que as iniciativas individuais de magistrados favoráveis a um controle produzam uma jurisprudência que destrói as liberdades.

Endereço eletrônico de Repórteres sem Fronteira: www.rsf.com.fr



tecnológica desenfreada a que se entregam os "inimigos da Internet" e aqueles que lutam pela liberdade da rede é permanente. Por enquanto, nenhum dos dois lados está em vantagem.

A Internet explodiu o quadro tradicional das relações de força entre os Estados e aqueles que produzem a informação. Como agora qualquer pessoa pode ser intermediária entre uma informação e sua divulgação a um público amplo, qual é hoje a especificidade do jornalista? Um e-mail enviado em mil exemplares é uma correspondência particular ou se torna um meio de comunicação? Que tipo de lei aplicar às publicações virtuais que são, por essência, planetárias e transfronteiras? No confronto com essas questões complexas, os Estados estão na defensiva. Todos querem a Internet, mas sonham com uma rede sob controle.

Diante desse dilema, um arsenal de soluções

América de muitos contrastes

Nas três Américas, a situação da liberdade de imprensa apresenta contrastes muito acentuados, segundo a organização Repórteres sem Fronteiras. Enquanto na América do Norte o direito de informar é tradicionalmente respeitado, em países como a Colômbia os grupos armados continuam negando essa liberdade. Entre esses dois extremos existem muitas gradações e podem haver modificações conforme a situação política ou econômica do país. Assim, no Haiti as condições se degradaram significativamente. No Peru, o fim da era Fujimori deve trazer um maior respeito à liberdade de imprensa. Em geral, as pressões, intimidações, ameaças e agressões continuam ocorrendo e a impunidade dos assassinos de jornalistas mostra que o Estado de Direito encontra dificuldade em consolidar-se.

Embora, no conjunto, os governos sejam menos repressivos, os ataques repetidos à liberdade de imprensa por autoridades locais colocam em evidência as dificuldades da democracia local de se firmar. Na Província de Santiago del Estero, na Argentina, vários jornais foram ameaçados ou perseguidos por terem feito acusações contra o governador em casos de escuta telefônica. Em Honduras, um jornalista foi baleado depois de investigar as ligações da polícia local com delinquentes.

Outros inimigos da liberdade de imprensa no continente são as organizações criminosas. Do Cabo Horn ao Estreito de Bering, investigar as máfias continua sendo perigoso para os jornalistas. No Brasil, Klester Cavalcanti foi seqüestrado e abandonado em plena selva quando investigava grilagem de terras na Amazônia. O jornalista Ronald Méndez Alpire foi baleado depois de divulgar casos de corrupção e tráfico de droga na Bolívia.

Com seis jornalistas assassinados em 2000 por causa de suas opiniões ou no exercício da profissão, o grau de violência na América Latina continua preocupante. Em 1999, só na Colômbia ocorreram assassinatos de jornalistas. Em 2000, essa forma extrema de censura castigou a imprensa em quatro países: Brasil, Uruguai, Guatemala e Haiti. A impunidade continua solta e os mandantes desses crimes raras vezes são incomodados.

No Brasil, os assassinos de Manoel Leal de Oliveira continuam em liberdade, três anos depois do crime, mesmo com novos depoimentos contra eles. Na Colômbia, embora as declarações

dos assassinos de Jaime Garzón acusem diretamente Carlos Castaño, chefe dos grupos paramilitares, ele continua recebendo o apoio do exército.

Mas, quando toda a sociedade se mobiliza, é possível obter resultados. Na Argentina, os assassinos do fotógrafo José Luís Cabezas foram condenados à prisão perpétua. Também na República Dominicana quatro ex-militares foram

presos ou ameaçados de prisão e uma emissora de rádio foi fechada pelas autoridades, que decretaram o estado de sítio no dia seguinte a uma tentativa de golpe de Estado. Uma situação parecida ocorreu na Bolívia, onde três emissoras de rádio foram ocupadas pelo exército depois que o governo decretou estado de sítio em consequência de um movimento social.

No Haiti, a situação se degradou com um clima político de grande tensão. Em 3 de abril de 2000, Jean Dominique, conhecido comentarista político, foi assassinado e vários meios de comunicação sofreram invasão. São acusados membros do partido de Jean-Bertrand Aristide, que teve sua eleição para a presidência impugnada pela oposição. Também há um clima de tensão na Guatemala onde, após a ascensão ao poder do presidente Alfonso Portillo, os jornalistas que investigam o exército são intimidados. Em Cuba, três jornalistas continuam presos.

No Peru, com a queda de Alberto Fujimori e a prisão por corrupção de Vladimir Montesinos, chefe do Serviço de Inteligência Nacional (SIN), o aparelho repressivo contra a imprensa foi desmontado e o SIN, principal órgão de repressão, foi desmantelado. A justiça recuperou sua independência e espera-se que a situação também melhore nas províncias, onde foram registrados 95% dos atentados contra a liberdade de imprensa nos oito primeiros meses do ano.

A Colômbia é o último país da região onde grupos armados continuam atacando os jornalistas. Os profissionais de imprensa considerados suspeitos de pertencerem ou favorecerem o "outro lado" continuam sendo vítimas de ameaças, agressões e assassinatos. Cerca de vinte jornalistas foram seqüestrados, em geral pela guerrilha, para obrigar os meios de comunicação a denunciar as atrocidades cometidas pelo exército ou pelos paramilitares. Dois jornalistas que denunciavam os excessos ou a corrupção dos paramilitares foram assassinados. Jineth Bedoya, que divulgou uma série de mortes atribuídas aos paramilitares numa prisão de Bogotá, foi seqüestrada, espancada e violentada. Temendo por sua vida, dez profissionais da informação tiveram que exilar-se. Nesse país, ninguém está a salvo da tragédia.



condenados a trinta anos de prisão pela morte de Orlando Martinez, assassinado em 17 de março de 1975.

No Canadá, a intenção de assassinar Michel Auger, que investigava o crime organizado, mostra que os países da América do Norte também devem ficar alerta. Tanto mais que no Canadá, como nos Estados Unidos, a justiça mostrou, em várias ocasiões, pouco respeito ao sigilo das fontes, pedra angular da liberdade de imprensa. Nesses dois países, a polícia também não vacilou em usar a força contra jornalistas que cobriam manifestações.

Embora os regimes autoritários tenham desaparecido no continente, a liberdade de imprensa continua ameaçada por crises políticas freqüentes na região. No Paraguai, onde a democracia ainda é frágil, cinco jornalistas foram



privatização da copel

Agressões, vaias e pedras

Carlos Gomes

Depois de meses de debates e ações de defensores e opositores da privatização, a batalha da Copel teve um de seus episódios mais importantes nas sessões da Assembléia Legislativa do Paraná, onde os deputados discutiram e votaram o projeto de Iniciativa Popular que suspenderia a venda da empresa. O tema passou a ser manchete principal dos meios de comunicação desde o dia 12 e só voltou à rotina do noticiário depois do dia 21, quando foi publicada a rejeição do projeto por 27 votos a 26.

Durante todo o processo de votação, os jornais destacaram, de um lado, o poder de negociação do governo, os acordos e as promessas que fez a seus deputados. De outro, apresentaram as ações e os pontos de vista da oposição, reforçada pela adesão de parlamentares dissidentes da área governista e apoiada pelo Fórum Popular Contra a Venda da Copel e mais de quatrocentas entidades da sociedade.

Mas foi nas manchetes sobre a ocupação do plenário pelos estudantes, ocorrida no dia 15, que alguns jornais deixaram a isenção de lado e manifestaram sua posição, manipulando o noticiário. O Estado do Paraná deu, no dia 16, como principal título de sua capa "Destruíram a Assembléia". Uma leitura mais atenta mostrava que ela não correspondia ao conteúdo das matérias produzidas por seus repórteres, como veio comprovar no dia seguinte a vitória feita pelo engenheiro Rolf Gustavo Meyer, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea).

A Tribuna do Paraná, usando as mesmas matérias do principal jornal do grupo, também colocou em manchete na página 3, "Estudantes invadem e destroem AL". A Folha de S. Paulo acompanhou os dois jornais paranaenses e deu como manchete da matéria interna "Caso Copel destrói Assembléia do Paraná", um título muito forte para o conteúdo da matéria enviada por seu correspondente em Curitiba.

A cobertura da votação do projeto de iniciativa popular trouxe problemas para repórteres, repórteres-fotográficos e cinematográficos que atuam nos veículos de comunicação de Curitiba. Desde o dia 12 até o dia 20, durante as manifestações que ocorreram nas proximidades da Assembléia e no centro da cidade, profissionais da comunicação sofreram agressões verbais e físicas de policiais e manifestantes.

A repórter que sofreu maior número de pressões foi Sara Carvalho, da TV Paranaense, Canal 12, filiada à Rede Globo. Sara passou a noite do dia 15 com os estudantes que invadiram a Assembléia e dormiram em suas dependências e, no "Bom Dia Paraná", fez uma reportagem ao vivo, nas galerias de cima. Já antes de entrar no ar, foi abordada por um rapaz alcoolizado, que queria saber o conteúdo do que ia falar. Como ela se recusou a atender o pedido, passou a ser ameaçada e houve tentativas

Fotógrafos e cinegrafistas cercam o deputado Sérgio Spada, que desapareceu durante a votação



de cortar o cabo do seu microfone.

Ao entrar no ar, Sara mostrou microfones destruídos, um caixa eletrônico danificado, uma marreta e um pedaço de madeira que foram encontrados por policiais. A partir daí, teve início o drama da repórter. Começou a ser vaiada e foi expulsa do recinto. Para sair, foi obrigada a passar por um corredor polonês, tendo de recorrer à proteção dos policiais. "Chamaram-me de mentirosa. Mas a imagem não mente. A mesma reportagem, sem nenhuma alteração, foi reprisada ao meio-dia, na primeira edição do telejornal, o que não aconteceria se houvesse algum erro", defende-se Sara Carvalho.

Os xingamentos continuaram quando ela já estava dentro do carro de reportagem da Rede Globo. Mais tarde, durante a passeata no centro da cidade, Sara foi novamente importunada. O carro foi cercado por manifestantes, que xingavam a repórter, e um homem postou-se na frente do automóvel para não deixá-lo circular. Finalmente, o veículo conseguiu desvencilhar-se da multidão e Sara entrou ao vivo em outro local.

"Os xingamentos e as ameaças me fizeram mal. Eu não disse nenhuma mentira. Foi uma injustiça o que fizeram comigo. Outros jornalistas me disseram que eu estava correta e me prestaram solidariedade. Naquela noite não consegui dormir, e as cenas da multidão em volta de mim vinham à minha mente a todo instante", queixa-se Sara Carvalho.

Também o repórter cinematográfico José Carlos Marquetti, do Canal 12, foi atingido na perna por uma pedra atirada por um estudante quando fazia imagens na Assembléia Legislativa. Esta é a terceira vez que José Carlos é agredido no exercício da profissão, em menos de um ano.

José Suassuna, fotógrafo da Folha do Paraná, foi agredido por um adolescente no dia 20, durante as manifestações em frente ao Tribunal de Justiça.

Foi no momento do corre-corre, à tarde, quando secundaristas pegavam pedras para atirar no Tribunal de Justiça. "Eu me preparei para tirar a foto, quando ele me agrediu. Talvez tivesse medo de que eu fosse usar as fotos contra eles ou achava que eu fosse um P2, um policial à paisana infiltrado no meio da massa. Mas eu estou ali para fotografar os dois lados", argumenta Suassuna, que logo recebeu a solidariedade de outros fotógrafos.

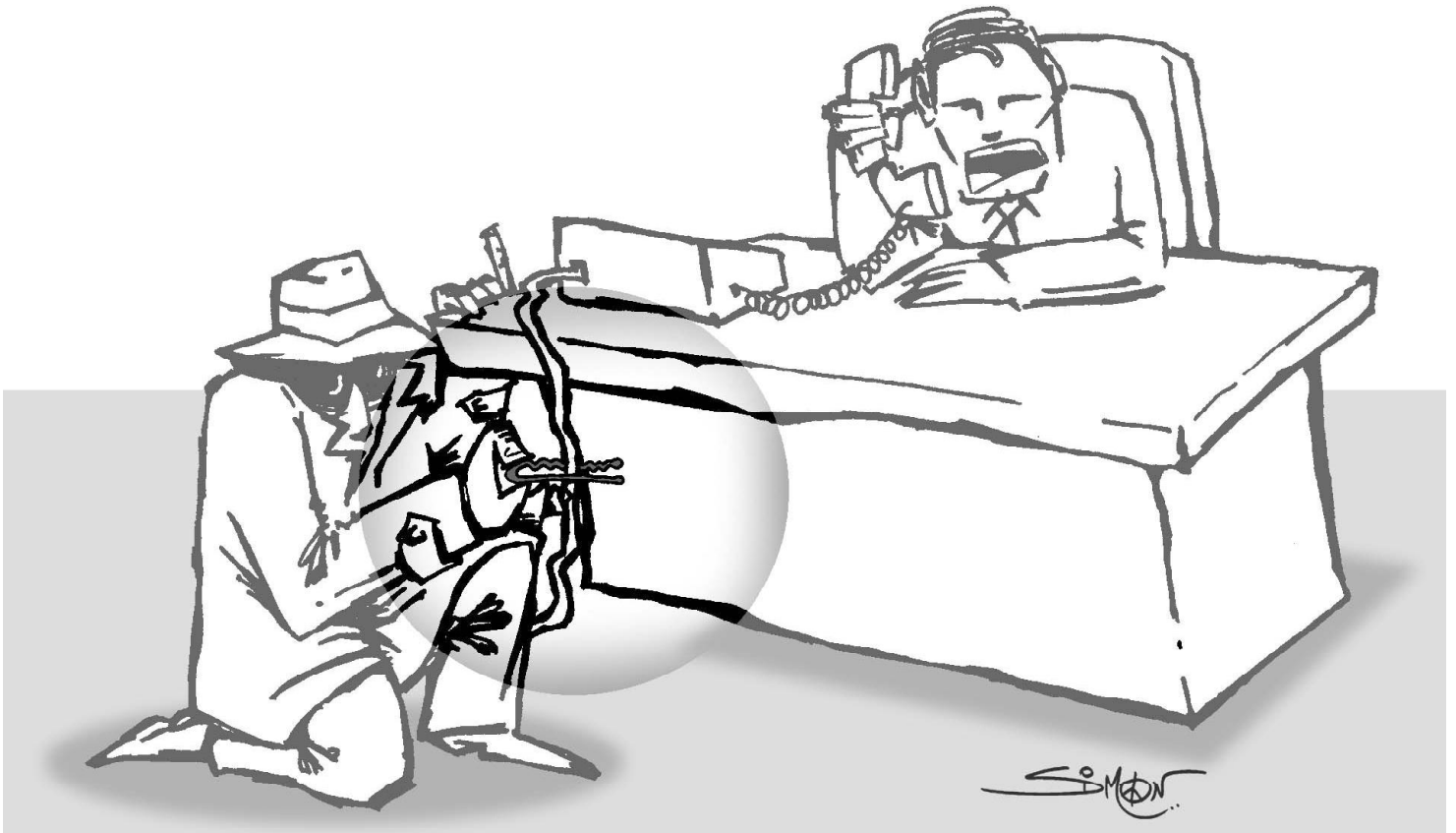
A repórter Gessica Elen, da Gazeta do Povo, foi agredida por um policial, no mesmo corre-corre. Ela estava acompanhando o que ocorria no meio dos estudantes, ocasião em que levou três golpes de cassetete pelas costas. Só conseguiu livrar-se quando gritou que era da imprensa.

Enquete

Na enquete realizada pelo site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná sobre a privatização da Copel, 39,34% dos internautas se mostraram contrários a qualquer privatização, 21,31% apenas contra a privatização da Copel e 18,03% contra qualquer privatização no setor de energia. Somente 9,84% foram favoráveis à privatização da empresa. O total foi de 61 votantes



anúncio ipiranga



grampo

Espionagem no Paraná

Até algum tempo atrás, tinha mais valor o profissional de imprensa que dispunha de muitas fontes, de preferência nos ambientes de decisão. Aos poucos, com o avanço da tecnologia, um outro elemento foi se introduzindo na elaboração de uma reportagem, e até chegou a trazer prestígio ao jornalista que o utiliza: o grampo. Com as facilidades tecnológicas, é possível armar e armazenar conversas íntimas, negociações nebulosas, chantagens ostensivas.

Os que divulgam os grampos alegam que estão defendendo o interesse público. Argumentam que, se publicarem conversas comprometedoras de personagens importantes do governo que utilizam o dinheiro público em benefício próprio, é lícito cometer o ilícito penal que viola a sua privacidade.

Para o cronista Carlos Heitor Cony, o mesmo raciocínio é comumente usado para justificar a tortura. Se torturando um sujeito pode-se evitar um atentado terrorista, que provocará vítimas inocentes, o pau-de-arara deve ser tolerado como recurso eficiente para obter informações que poderão evitar mortes pessoais e danos públicos. A defesa do bem público geralmente alegada é um conceito difícil de determinar. Explodir uma refinaria ou implodir uma candidatura presidencial podem ser a mesma coisa, dependendo das intenções de cada grupo.

CPI da Telefonia

Mas o uso do grampo se alastrou e passou a servir como instrumento de prevenção: saber o que o potencial adversário está planejando para antecipar-se às suas decisões. É o caso da denúncia feita pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba contra o HSBC, que está sendo investigado pela nova CPI da Telefonia, na Assembléia Legislativa do Paraná. Em 29 de maio, o Sindicato divulgou que, com grampos telefônicos, criação de um departamento de inteligência, contratação de seguranças, policiais militares e pagamento a policiais civis, o banco acabou montando uma grande rede de espionagem para investigar dirigentes sindicais e seus familiares, clientes, funcionários e ex-funcionários da empresa.

Entre os documentos do banco, os dirigentes do Sindicato dos Bancários constataram investigações dos sindicalistas Messias da Silva e João Marcos Rodrigues e suas esposas, com quebra de sigilo fiscal e bancário. O banco também levantou dados confidenciais, como fichas policiais, além de infiltrar agentes dentro do Sindicato.

O serviço era feito pela SPI, uma empresa particular de informações, sob coordenação do Centro de Segurança e Inteligência do banco, dirigido pelo norte-americano Lewis Keith, ex-coronel do exército dos Estados Unidos, ex-

combatente do Vietnã e que teria sido agente da CIA.

Conforme denunciou o Sindicato, o banco contou ainda com a ajuda de funcionários públicos da área de segurança do Estado, entre policiais militares e civis, que recebiam do banco para proceder às investigações.

O dossiê só se tornou conhecido depois que o sargento da Polícia Militar Jorge Luiz Martins foi demitido pelo banco e entrou com uma ação trabalhista contra o HSBC para cobrar seus direitos do tempo em que trabalhou sem registro para o banco.

No dia 29 de junho, o presidente do Sindicato dos Bancários, José Daniel Farias, entregou um dossiê com as denúncias contra o HSBC à CPI da Telefonia da Assembléia Legislativa do Paraná e agora os envolvidos no caso estão sendo convocados para depor na nova CPI Estadual da Telefonia.

No dia 11 de setembro, o ex-sargento da Polícia Militar Jorge Luiz Martins confirmou na CPI que fez relatórios de espionagem de sindicalistas, funcionários e clientes do banco HSBC, de 1994 a 2000, para o serviço de inteligência da instituição financeira. O Ministério da Justiça investiga o caso, em função do indício da existência de uma polícia paralela no país, a pedido do procurador federal



Luiz Francisco de Souza. No final de seu depoimento, o ex-sargento disse que o próprio banco entregou cópias dos relatórios da investigação para o quartel-general da Polícia Militar, antes que ele fosse demitido.

Em nota oficial, assinada pelo presidente Michael Geoghegan, “o HSBC nega enfaticamente as acusações do ex-sargento da PM e ex-servidor da empresa, Jorge Luiz Martins, e reafirma que não determinou nem concordou com qualquer procedimento ilegal, muito menos com o chamado grampo telefônico”.

Jornal do Fórum

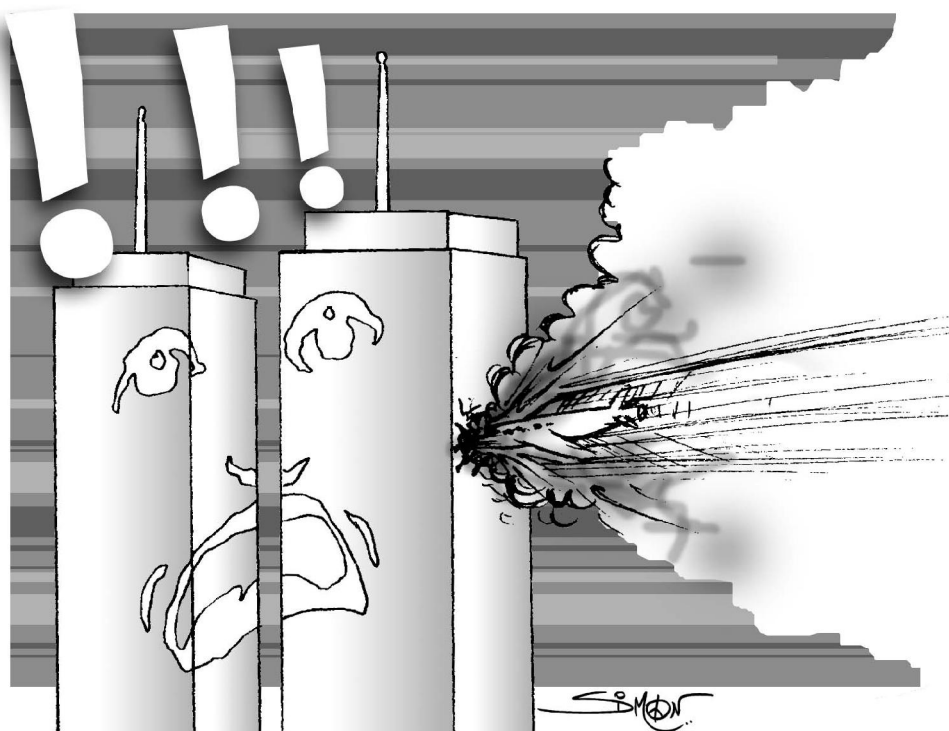
Outro caso com fortes suspeitas de grampo envolveu Léa Okseanberg, jornalista responsável pelo “Jornal do Fórum”, órgão de divulgação do Fórum de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania do Paraná. Os 100 mil exemplares do jornal foram apreendidos por agentes da Receita Federal, em 30 de maio, e Léa teve de comparecer à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para dar explicações. Na delegacia estava o secretário José Cid Campelo, que alegou que o jornal era apócrifo e não tinha nota fiscal.

Segundo Léa, no jornal constava o seu nome como jornalista responsável e o jornal não precisava ter nota fiscal, pois a edição foi paga pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca). O jornal foi então liberado pelo delegado Armando Marques Garcia, mas voltou a ser apreendido pouco depois, com o afastamento do delegado.

Léa diz que se sentia desconfortável com o episódio, pois não sabia o que iria acontecer com ela. Resolveu então comparecer no dia seguinte à CPI da Telefonia, para expor o que havia acontecido. Na opinião dela, algumas coincidências levam a crer que a informação com que contavam os agentes da Receita Federal foi obtida através de grampo.

“No mesmo momento em que o caminhão que trazia o jornal foi apreendido, passaram pela BR uma viatura da Polícia Militar e outra da Receita Federal. No dia anterior, constava no site da Polícia Militar que ia haver uma blitz na BR. No dia em que a carga foi apreendida, outros 122 caminhões foram parados pela blitz, mas nenhuma carga foi apreendida. Os jornalistas que estiveram na delegacia para liberar a publicação constataram que a única carga apreendida era a do Jornal do Fórum”, explica a jornalista.

Em seu depoimento na CPI, o que chamou a atenção de Léa Okseanberg foi a observação de um dos deputados da CPI. Ele disse que o governador Jaime Lerner esteve na Folha de S. Paulo, onde o jornal apreendido havia sido impresso, e perguntou a Léa se não teria sido informado sobre a impressão do jornal com diretores da empresa paulista. Léa acha que não, pois uma semana antes a mesma Folha de S. Paulo imprimiu o jornal do julgamento do governador Jaime Lerner por um júri com figuras de destaque do mundo jurídico nacional e internacional, e o jornal circulou normalmente.



Espionagem internacional

Mesmo com os mais sofisticados equipamentos da tecnologia e altos investimentos, os Estados Unidos não conseguiram prever os ataques ao World Trade Center no dia 11 de setembro. Com um orçamento anual de 26,7 bilhões de dólares, o mesmo da guerra fria, os serviços de informação norte-americanos são os mais bem dotados do planeta. Alianças estratégicas e uma tecnologia poderosa permitem que eles espionem de maneira rotineira telefone, fax e correio eletrônico no mundo inteiro. Foi o pesquisador neozelandês Nicky Hager quem desvendou a existência de uma rede de vigilância planetária formidável, o sistema Echelon, montado nos anos 80.

O seu trabalho foi publicado pela revista Covert Action Quarterly, de Washington, e expõe em detalhes como a Agência de Segurança Norte-Americana (National Security Agency, NSA), um dos organismos norte-americanos mais secretos, vigia, há mais de vinte anos, todas as comunicações internacionais. Desde os anos 70, redes de escuta implantadas no Reino Unido, no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia captam os sinais retransmitidos para a Terra pelos satélites do tipo Intelsat e Inmarsat. E cem satélites de observação “escutam” ondas de rádio e telefones celulares.

O jornalista inglês Duncan Campbell afirma que todas as redes de comunicação são escutadas, dos

cabos submarinos à rede Internet, pois todos os dados transitam pelo território americano, mesmo quando se trata de conexões européias. Assim, cada dia milhões de telecópias, telex, mensagens eletrônicas e chamadas telefônicas do mundo inteiro são passadas ao crivo, triadas, selecionadas e analisadas.

“O sistema Echelon, explica Nicky Hager, foi idealizado de maneira a interconectar todos os sistemas de escuta para permitir que funcionem como componentes de um todo integrado. As estações de recepção dos satélites captam todos os feixes dos satélites Intelsat, a mais importante delas, localizada em Menwith Hill, na Inglaterra, e colocada sob o

controle direto da NSA. Porém, a massa de informações colhidas é muito grande para ser explorada sem tratamento prévio pelos efetivos - em quantidade enorme, mas não infinitos - dos serviços de informação.”

“A chave da interceptação, continua Nicky Hager, baseia-se em computadores potentes que esquadriham e analisam essas massas de mensagens para extrair delas as que apresentam interesse. As estações de interceptação recebem milhões de mensagens destinadas às estações terrestres legítimas e usam computadores para descobrir as que contêm endereços ou palavras-chaves pré-programados.”

O sistema Echelon foi idealizado para interconectar todos os sistemas de escuta

Manière de voir - nº 46



Jornais de bairro buscam qualidade

Com a expansão dos jornais de bairro em Curitiba, um pequeno grupo procura se distinguir pela busca da qualidade e por uma profissionalização cada vez maior. São os veículos de informação que estão há mais tempo no mercado e tratam de temas mais próximos da vida dos moradores da região. Segundo Francisco Garcez, dono da Folha do Boqueirão, os bons jornais de bairro atravessam um momento de afirmação. Estão segmentados, cada um voltado para sua área de abrangência, defendendo os interesses da comunidade.

Entre os jornais de bairro em fase de consolidação de qualidade encontra-se a Folha do Boqueirão, que está no oitavo ano. A Folha do Bacacheri, também de Francisco Garcez, já vai para o décimo primeiro ano. É o mais antigo em circulação. O Jornal da Água Verde, de José Gil de Almeida, tem oito anos. Ele também dirige a Folha do Batel que, mesmo contando apenas dois anos, já se destaca pelo conteúdo. A Folha de Santa Felicidade tem sete. A Gazeta do Bairro, do Pinheirinho, está no quinto ano. A Folha do Boqueirão, a Folha do Bacacheri e a Gazeta do Bairro são os três maiores jornais de bairro de Curitiba e os mais bem estruturados.

Existe uma preocupação das publicações mais antigas de dissociar sua imagem dos jornais puramente comerciais ou com objetivos eleitorais e partidários. Segundo o jornalista Humberto Schwabe, diretor-editor da Gazeta do Bairro, “em épocas de eleição, surgem vários jornais que se intitulam de bairro, mas que apenas vêm atrapalhar o que os jornais mais sérios estão fazendo. Publicam três ou quatro números e, quando a eleição passa, desaparecem do mercado. Outros visam somente o lucro, cobrindo a primeira página com publicidade. São franco-atiradores, que arrumam um sócio ou uma propaganda e fazem um jornal de 8 a 12 páginas, sem periodicidade certa.” O sucesso de algumas publicações também atrai para a área pessoas que não praticam métodos muito ortodoxos na captação de publicidade, sobretudo no campo das entidades corporativas.

Os jornais de bairro estão distribuídos por todos os recantos da cidade. Na região Norte atuam, entre outros, a Gazeta de Abranches e o Jornal da Barreirinha, e na região Sul o Jornal do Pinheirinho e o Jornal de Tatuquara. Na região Leste circula o Jornal do Capão do Imbuía e na região Oeste a Folha de Santa Felicidade. Bernardo Bittencourt, do setor

de Comunicação da Prefeitura Municipal de Curitiba, mantém contato com 48 publicações espalhadas por toda a cidade. “Antes ninguém dava bola para eles. Hoje muitos trabalham com jornalistas. É um setor interessante como mídia”, observa ele.

Quando a Gazeta do Povo lançou o Caderno dos Bairros, na edição de sábado, muitos donos de jornais de bairro acharam que estavam com os dias contados. Mas o caderno da Gazeta acabou e os jornais de bairro continuam mais firmes do que nunca. Muitos se identificam com a comunidade. O problema da maioria é a criatividade. Bittencourt cita o caso do Uberaba News. “Não era um jornal bem feito. Mas seu editor deu uma boa feição a ele, adotando o tamanho standard, quando normalmente os jornais de bairro são tablóides. E roda 10 mil exemplares.”

A Associação Comercial do Paraná está fazendo mídia com nove publicações. E as agências de publicidade começam a olhar para elas, fazendo encartes de lojas e supermercados. Mas estão separando o joio do trigo. Dois jornais publicaram anúncios do Banco Interamericano, do Sílvio Santos, que faz pequenos empréstimos. Isso contribuiu para consolidar o setor.

Hoje, segundo Bittencourt, a maioria dos jornais de bairro não perdem nem ganham em termos financeiros. Estão cheios de anúncios, mas os anunciantes muitas vezes não pagam em dinheiro, por causa da recessão econômica. Geralmente, o anúncio grande e de capa custa 200 reais. É difícil conseguir anúncio com esse valor. Há inserções publicitárias de 30 ou 40 reais, mas a média é de 50 reais. Quando o anúncio é grande, de um supermercado por exemplo, o pagamento é feito em espécie. Porém, o jornal precisa de dinheiro para pagar a gráfica e o papel. E não pode viver só da troca por produtos.

Além dos jornais de bairro, existem os temáticos, como a Gazeta Sto Lat, dirigida para os poloneses, o Mulher Sempre Mulher, das mulheres empresárias, e o Boletim do Condomínio, que circula só em

conjuntos habitacionais e tem uma publicidade voltada para esses ambientes. O Taxista em Destaque veicula informações específicas para esta categoria profissional e o jornal Viver destina suas matérias para a terceira idade. Ouro Azul é uma revista ambientalista e seu diretor mantém contatos inclusive com a Suécia e os Estados Unidos. Dirce Alves, que tem há vinte anos um programa de horóscopo, edita o Bom Dia Astral. “Quando há uma vacinação de idosos, e é preciso esclarecer alguma dúvida, mando material para ela”, diz Bittencourt. A Gazeta Cristã é um dos primeiros jornais que começaram a circular entre as denominações evangélicas.

A maioria dessas publicações é feita pelo próprio dono, que em geral não é jornalista. Ele coloca o nome de um profissional habilitado como diretor responsável, para atender a determinação legal, mas este nunca aparece na redação. Quando o jornal de bairro contrata um jornalista, não paga o piso salarial. Essas publicações são feitas quase sempre por amadores. “Alguns cobram adiantado e só tiram o jornal quando conseguem um mínimo de propaganda. Não

têm compromisso com o leitor e com a comunidade, mas com o próprio bolso”, denuncia Humberto Schwabe, dono da Gazeta do Bairro, do Pinheirinho.

O Sindicato dos Jornalistas tem acompanhado e fiscalizado os jornais de bairro. Alguns foram apenas notificados das irregularidades. Outros já foram denunciados ao Ministério do Trabalho. “É um trabalho difícil fiscalizar essas publicações e é essencial a colaboração dos jornalistas, com denúncias e informações, para que o Sindicato consiga manter o controle da situação”, afirma Sílvio Rauth Filho, diretor executivo da entidade.

A Gazeta do Bairro está no quinto ano. Começou mensal, depois passou a quinzenal e desde março sai todas as semanas. Humberto é jornalista formado e trabalha no jornal com a família: a mulher e uma filha. E diz que dá para sobreviver. Seu jornal é bem diagramado e tem um encarte de quatro páginas

Os jornais de bairro mais antigos pretendem dissociar sua imagem dos jornais puramente comerciais ou com objetivos eleitorais ou partidários



com publicidade. “E já está sendo copiado por outros jornais de bairro”, comenta ele, observando que o jornal, para ser aceito pelos leitores e conseguir publicidade, tem que ser de boa qualidade.

O Jornal do Bairro Alto, com quatro anos de circulação, e o Jornal do Capão da Imbúia, com dois anos, são editados pelo jornalista Ramón Ribeiro. Ele diz que uma das diferenças entre uma publicação produzida por um profissional formado e as outras é que este se preocupa mais com a comunidade e quer ser o seu porta-voz. Concentra sua atenção no que está ocorrendo no bairro e vai atrás da notícia que o jornal grande normalmente não publica. Quem não é jornalista se interessa mais pela parte comercial, não se preocupa em buscar a notícia e não tem uma visão comunitária. Os jornais de Ramón Ribeiro só tratam de assuntos da comunidade. Ele não vai buscar matérias na Internet, nem em outros jornais ou revistas.

A principal satisfação em fazer um jornal de bairro é, segundo Ramón Ribeiro, o retorno que ele traz com as conquistas que vai obtendo, junto com a

comunidade. Uma boa briga que o Jornal do Bairro Alto comprou foi mudar uma rótula que não estava dentro dos padrões do trânsito, trazendo transtornos aos motoristas. Com a campanha que desenvolveu, a Prefeitura aceitou fazer a modificação. Problemas com ruas esburacadas e esgoto foram resolvidos após a publicação de matérias apontando os danos que causavam. O rio Atuba estava provocando enchentes e o jornal conseguiu que a Prefeitura providenciasse sua limpeza. Nas últimas eleições, foi feita uma campanha junto com a associação dos moradores contra a pichação dos muros pelos candidatos a vereador. Eles atenderam e os muros foram repintados.

Segundo Ramón Ribeiro, o começo foi difícil e ele teve que pagar para fazer os três primeiros números. Depois as contas equilibraram e hoje o Jornal do Bairro Alto circula mensalmente com 11 mil exemplares. Ele já tentou torná-lo quinzenal, mas avalia que o comércio do bairro ainda não comporta essa periodicidade. Para ele, um jornal que depende de verbas públicas corre muitos riscos.

“O comércio local cresceu junto com o jornal. Os próprios comerciantes vêm e dizem que estão vendendo mais depois que começaram a anunciar. O leitor do jornal de bairro lê tudo, do começo ao fim. O jornal fala dele, do vizinho, dos problemas que estão enfrentando na rua onde moram. Temos um público certo, com exemplares distribuídos em 11 mil residências. Mas as agências de publicidade ainda não perceberam que os moradores dos bairros também são os compradores das grandes lojas.”

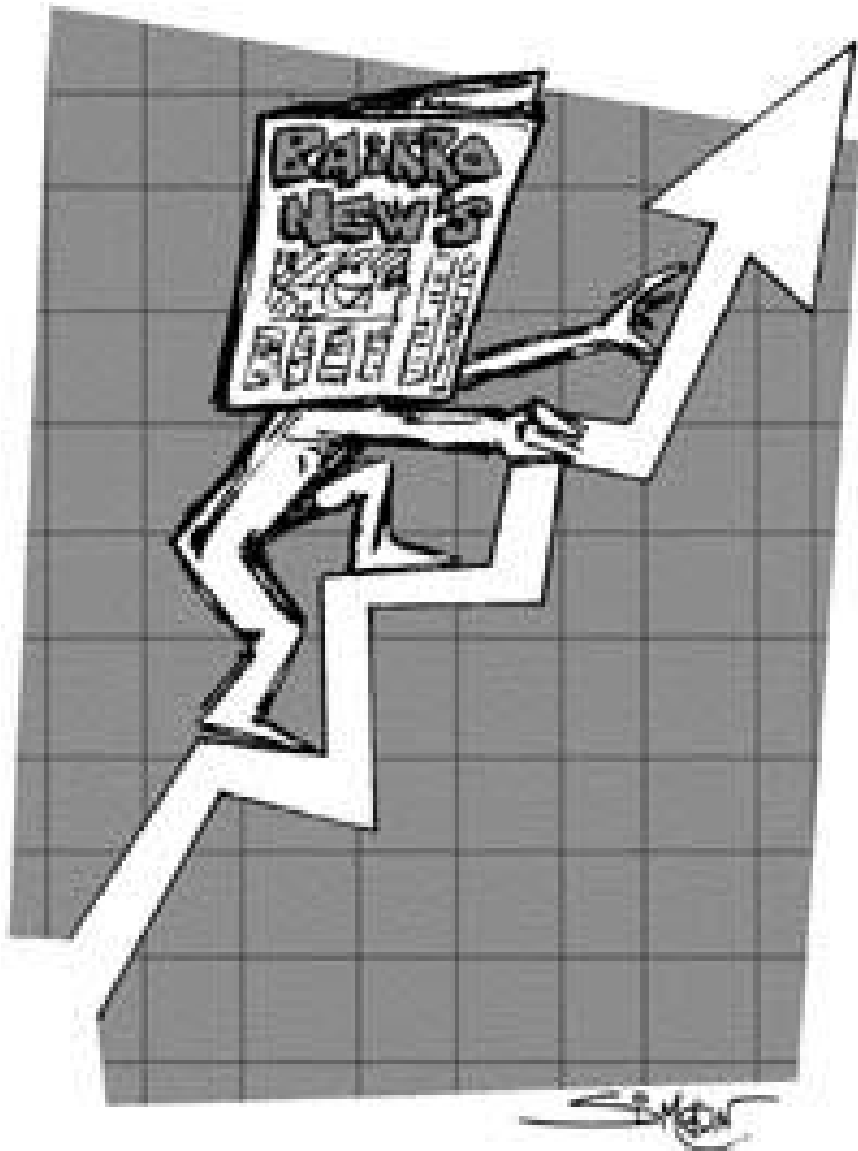
Já a Folha do Boqueirão é líder em seu segmento. Tem um público definido e as matérias se voltam para as necessidades do bairro. O jornal se aliou a várias conquistas da comunidade, que lhe deram força. Hoje está em busca da qualidade e da definição do mercado. Foi o primeiro jornal colorido e o primeiro a se tornar semanal, há quatro anos, ininterruptamente. Uma pesquisa realizada recentemente coloca a Folha em quinto lugar entre os jornais mais lidos na cidade e em terceiro no bairro, perdendo apenas para a Gazeta do Povo e a Tribuna do Paraná. A seção que a maioria dos leitores prefere é a de classificados: 19,45%.

Os jornais de bairro podem ser uma alternativa de atuação para jornalistas mais experientes e para os que estão iniciando na profissão, num mercado de comunicação restrito como o de Curitiba e Região Metropolitana. Francisco Garcez diz que, para abrir um jornal de bairro, é preciso ter bom senso jornalístico e capacidade comercial. É necessário ser ético e estar ligado aos problemas da comunidade. A parte comercial não funciona se não tiver uma boa equipe de vendas.

A Folha do Boqueirão está farrada de anúncios. Quem mais comparece num jornal de bairro é o anunciante de porte médio: o comércio varejista (lojas e confecções), o setor imobiliário (que está insatisfeito com a grande mídia e se volta para os jornais de bairro), restaurantes, casas lotéricas, panificadoras e escolas particulares. Para dar sustentação financeira ao jornal, a Folha do Boqueirão está fazendo um empreendimento paralelo, que são as listas do bairro.

Alguns jornais são excêntricos. O Jornal da CIC, por exemplo, sai de vez em quando e quase só tem propaganda na capa. Na Vila São Pedro circulam dois jornais pequenos. Um deles se chama Veiguinha, com o nome do próprio dono. Fatura 700 reais numa edição. O Jornal da Barreirinha colocou recentemente na capa: “Vendo ou aceito sócio: 20 mil reais.” A Gazeta da CIC vive em briga constante com a ortografia e a gramática: “citua-se, anuncie, foi lhe tomada toda sua mercadoria, órgãos para que seja instalado água e luz, cruzam a av. (abreviado).”

A Folha do Bairro Novo também é publicada eventualmente. É de um pastor e no cabeçalho do último número consta: ano 4, nº 3. A Tribuna do Bairro, de São Brás, nem jornalista responsável tem. O expediente traz apenas o endereço: Rua Toaldo Túlio, 3915, sala 22. Todos os jornais de líderes comunitários são ligados a políticos, geralmente vereadores. Defendem os interesses político-partidários dos patrocinadores e normalmente não primam pela qualidade das matérias.



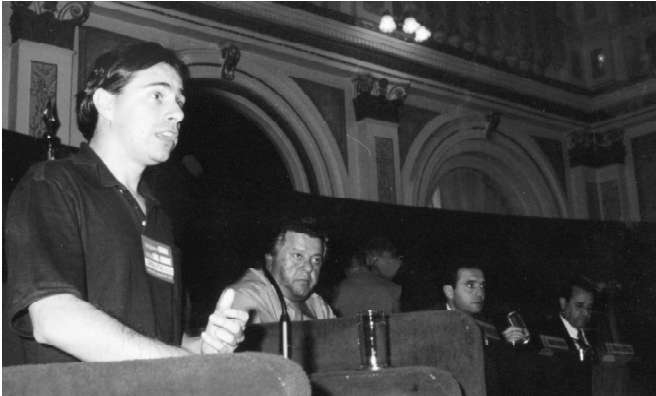


ação sindical

Sindicato luta contra "massacre" de Paulo Pimentel

Campanha pública, ações jurídicas e atos políticos fazem parte da estratégia

O Sindicato dos Jornalistas está lutando contra a redução do jornalismo no Grupo Paulo Pimentel, que inclui o fechamento de todas as sucursais do SBT e de O Estado do Paraná no Interior, anunciado no dia 31 de agosto. A maioria das demissões não foi efetivada ainda, mas a estimativa é que cerca de 50 jornalistas sejam dispensados.



Mário Messagi Júnior, presidente do Sindijor, discursando na Câmara Municipal alertando os vereadores

A primeira reação do Sindicato foi denunciar a atitude de Paulo Pimentel. Na quarta-feira, dia 4 de

setembro, o vereador André Passos (PT) conseguiu, em negociação com o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PFL), espaço na tribuna da Casa para o protesto. O presidente do Sindijor, Mário Messagi Júnior, discursou alertando os vereadores sobre a decisão absurda de Pimentel e provocou reações. O vereador Mário Celso Cunha (PFL) tentou defender seu patrão argumentando que ainda existe jornalismo no SBT do Paraná.

No mesmo dia, na Assembléia Legislativa, o deputado Nereu Moura (PMDB), a pedido do Sindicato, fez um pronunciamento lamentando o fechamento das sucursais. Mais quatro deputados - Ângelo Vanhoni (PR), Algaci Tulio (PTB), Orlando Pessuti (PMDB) e Waldir Pugliesi (PMDB) - se manifestaram no mesmo sentido. O Sindicato também entregou para os 54 deputados e os 35 vereadores de Curitiba a carta ao público (*leia o texto ao lado*).

Além dos protestos, o Sindicato vai incentivar e orientar cada jornalista demitido a entrar com todas as ações jurídicas possíveis contra a empresa. A assessoria jurídica do Sindicato também está estudando outras maneiras de enfrentar o "massacre" de Paulo Pimentel.

O Sindicato dos Jornalistas de Londrina adotou a mesma estratégia. No início de setembro, a diretora Andreia Monclar denunciou, na Câmara Municipal de Londrina, a decisão de Pimentel e recebeu o apoio de vários vereadores.

Enquete

Na enquete realizada pelo site do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Paraná, Paulo Pimentel foi considerado o segundo pior patrão no Paraná, com 37 votos (20,56%), perdendo apenas para Odone Fortes Martins, com 38 (21,11%). Votaram 180 internautas

SBT decreta o fim da notícia

Paulo Pimentel acaba com telejornais

A tarefa do jornalista é dar notícias. Boas e más. Hoje, infelizmente, a notícia não é nada boa.

O ex-governador e deputado federal Paulo Pimentel, dono do SBT do Paraná, resolveu acabar com as equipes de telejornalismo em Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu e fechou as sucursais do jornal "O Estado do Paraná". Para piorar, reduziu a programação jornalística em Curitiba e demitiu metade da equipe que trabalhava na Capital.

Já é grave o fato de demitir dezenas de jornalistas, técnicos e auxiliares.

Mas a maior vítima dessa atitude irresponsável é a população. O maior prejudicado será você, que lê esta notícia agora.

Como cidadão, você tem o direito de ser informado sobre a sua cidade e a sua região. E os meios de comunicação têm o dever de noticiar.

A demissão de jornalistas deixa o caminho livre para a corrupção. Os recentes escândalos de Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu jamais viriam à tona se não houvesse jornalistas competentes na investigação dos fatos.

Pelo visto, o sr. Paulo Pimentel não está interessado nesse direito da população. Mais de 9 milhões de telespectadores do interior do Estado foram desrespeitados. A extinção das equipes de telejornalismo do SBT é fruto de uma visão empresarial míope, e revela desconsideração pelo

Interior do Paraná.

O sr. Paulo Pimentel, que se diz orgulhoso em comemorar os 50 anos do jornal "O Estado do Paraná", deve ser alertado por todos os paranaenses, entidades de classe, políticos e lideranças sobre o grande equívoco (ou absurdo?) de sua decisão. Ele deve o mais rapidamente possível voltar atrás, colocando de volta no ar o noticiário vibrante e responsável que as dezenas de jornalistas da rede vinham fazendo nos últimos anos.

Você conhece o valor de uma imprensa livre e atuante. Por isso, não fique calado diante desta notícia. Envie mensagens para o sr. Paulo Pimentel em defesa do jornalismo do SBT.

Defenda a imprensa paranaense. Defenda os profissionais do SBT. Se você não reagir agora, amanhã poderá ser tarde demais. O Paraná corre o risco de ficar sem notícias. E você sabe a quem isso interessa...

As mensagens ao empresário Paulo Pimentel devem ser enviadas ao e-mail: secgpp@swi.com.br ou para o fax (41) 331-5087.

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Londrina
Federação Nacional dos Jornalistas



imprensa no paraná

Demissões no Primeira Hora

Desde o seu lançamento em 20 de novembro do ano passado, o jornal Primeira Hora demitiu doze jornalistas. Seis foram despedidos nos dias 18 e 20 de julho último, entre eles dois editores. O editor-chefe Pedro Corrêa já havia saído antes e o chefe de reda o Francisco Camargo retornou   Gazeta do Povo. Em substitui o, foram contratados quatro jornalistas: dois repórteres, um editor e um chefe de reportagem. Mais um jornalista deve ser contratado em setembro, para a editoria de Comunidade. Na editoria de Esporte entrou José Marcos Lopes, que trabalhava no Jornal do Estado, e para a chefia de reda o foi admitido Paulo Krauss. Houve uma diminui o de pelo menos cinco postos de trabalho. Hoje, o jornal trabalha com 20 jornalistas.

Metade dos profissionais que começaram o novo jornal foi contratada em setembro do ano passado. Trinta por cento eram jornalistas experientes, com alguns anos de jornalismo e de Curitiba. Boa parte dos integrantes da reda o foram aprovados no concurso que a Rede Paranaense de Comunica o realizou com profissionais de comunica o para aproveitá-los em seus quadros.

A inten o do novo veículo de comunica o era concorrer com o Zero Hora da RBS. Seu público alvo seria uma faixa de leitores que não são atendidos pela Tribuna do Paraná. Teria uma linha mais light, sem muito sangue e polícia, voltada sobretudo para os problemas da comunidade.

Iniciou com quatro editorias: Comunidade (Geral), Seu Dinheiro (Economia), Variedades (Cultura) e Esportes. Mais tarde, Seu Dinheiro foi anexada a Comunidade, e hoje a publica o conta com três editorias. Nas primeiras edi es, o jornal saiu com 32 páginas, diminuindo depois seu número para 28,

menos aos sábados e às segundas-feiras, dias em que continua com 32. As duas páginas destinadas ao noticiário internacional e nacional foram reduzidas a uma s . A editoria de Variedades, que contava de 8 a 6 páginas, diminuiu seu número para 6 ou 4.

O lançamento do novo veículo de comunica o estava previsto para este ano, mas foi antecipado com o anúncio da vinda do Zero Hora para Curitiba, que por enquanto não se concretizou. Um segundo fator pode explicar as demissões que ocorreram posteriormente: o lançamento ocorreu em final de ano, e os anunciantes já estavam com as verbas comprometidas, ocasionando a dificuldade natural de captar anúncios. Além disso, um jornal demora algum tempo para se firmar como produto. A primeira tiragem foi de 125 mil exemplares, mas só conseguiu vender 8 mil. Nos períodos de promo es, chegou a vender 17 a 18 mil por dia, e ainda se mant m neste patamar.

Em pouco tempo o jornal conseguiu identificar-se com as reclama es da comunidade, que a grande imprensa deixava de lado. Embora as informa es fossem reduzidas, com espaços pequenos, eram feitas críticas e se procuravam solu es para os problemas.

Segundo Rogério Pereira, o novo editor-chefe, o Primeira Hora vai manter a mesma linha. Mudou apenas graficamente. A primeira página tem uma apresenta o diferente, mais dinâmica, com mais fotos. Nas matérias internas, o corpo de letra foi reduzido, para caber mais informa o. A editoria de Comunidade e Segurança foi mais valorizada e a editoria de Esporte conta com mais uma ou duas páginas. Também o texto das matérias de esporte mudou:   escrito num estilo mais de cr nica, num enfoque mais apaixonado, para se aproximar mais do leitor. Com o mesmo objetivo foi introduzida a coluna do Z  da Galera.

imprensa no brasil Eleita nova diretoria da Fenaj

Com 3.683 votos, num total de 9.712 votantes, foi eleita para a Federa o Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a chapa Linha Direta, encabeçada pela presidente da gestão anterior, Beth Costa. O comparecimento correspondeu a 37,92% dos eleitores, e com isso foi atingido o quórum fixado pelos estatutos. Das 31 entidades filiadas   Fenaj, apenas os sindicatos de Juiz de Fora, Minas Gerais, Sergipe e Roraima não realizaram elei es.

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Paraná se absteve de participar de qualquer das duas chapas que disputaram a elei o por não identificar nas propostas por elas apresentadas divergências que justificassem uma disputa eleitoral. Além disso, a discussão centrou-se mais em questões pessoais do que em temas de interesse relevante para a categoria. Em vista da realidade que se configurou no período pré-eleitoral, a diretoria do Sindijor encontrou dificuldade em posicionar-se e preferiu não indicar componente para nenhuma das duas chapas.

Entre as principais questões que deverão ser encaminhadas pela nova diretoria da Fenaj e pelo vice-presidente Sul da entidade, Luís Fernando Assun o, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, está a implanta o do Conselho Federal de Jornalistas, uma luta antiga da categoria pelo controle do exercício profissional. Outro ponto   o fomento da cria o, nos estados do Sul, das redes livres de comunica o, como rádios e canais de TV comunitários.

Assun o também pretende levar em frente projetos de atualiza o profissional em conjunto com os três sindicatos do Sul do país. A idéia   buscar recursos para cursos de atualiza o dos profissionais, em locais itinerantes no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Nesses estados existe uma boa estrutura que pode ser aproveitada para tanto.

Haverá uma atua o mais firme na questão dos direitos humanos e liberdade de expressão. O assunto precisa ser tratado de maneira mais concreta pelos sindicatos. Um dos projetos que podem ser levados adiante   a cria o de um Pr mio de Direitos Humanos para destacar jornalistas que lutam pela liberdade de expressão e direitos da pessoa na imprensa gaúcha, catarinense e paranaense. Outras entidades poderiam participar em conjunto com a Fenaj e os sindicatos, como Institutos de Cidadania e Direitos Humanos e Ordem dos Advogados do Brasil. Outra meta   a constitui o de um fundo com recursos destinados   prote o de jornalistas vítimas de violência no exercício da profissão.



informe publicitário

Programa de ecoturismo

O Paraná é privilegiado em belezas naturais de Norte a Sul. O pequeno trecho do litoral paranaense oferece valiosas imagens para quem deseja conhecer locais ainda pouco explorados e de grande potencial natural. As bucólicas baías, os rios, as lagoas, as ilhas, as praias de areia branca misturam-se com os diversos matizes de verde da exuberante Floresta Atlântica, que cobre todo o trecho paranaense da Serra do Mar, considerada a faixa contínua mais preservada do Brasil.

O Paraná também esconde em seu interior paisagens inesquecíveis dentro das florestas preservadas das Unidades de Conservação Estaduais. Os roteiros nestas áreas naturais são únicos, raros e pouco conhecidos da população em geral.

O Governo do Estado está aproveitando este potencial para criar uma nova consciência, que envolve as atividades produtivas com as de preservação, principalmente com o incremento do ecoturismo.

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos está dotando de infra-estrutura os principais parques para valorizar a região e estimular o desenvolvimento sócio-econômico. A primeira experiência foi realizada no Parque Estadual do Marumbi, que faz parte de um caminho turístico que leva ao mar. O passeio inicia-se em Piraquara, na antiga estação do trem, passa pelo Marumbi, desce a Serra e prossegue pelas cidades históricas e praias do litoral paranaense.

Na estação do Marumbi, no alto da Serra, o passeio de trem tem parada obrigatória. O local é muito visitado por turistas e por alpinistas que costumam escalar as gigantescas escarpas daquele conjunto de montanhas. A Secretaria do Meio Ambiente construiu, perto da estação, um centro para visitantes, alojamento de pesquisadores, além de um museu que se transformou na Casa da Memória da Serra do Mar.

A estrada da Graciosa é outra opção do passeio. Já começa "cheia de graça" na arquitetura original de seu portal construído na entrada do parque, oferecendo uma bela imagem de boas vindas aos visitantes.

A antiga estrada de acesso ao litoral tem registrado, em seus trechos sinuosos e de pedras irregulares, um pouco da história da colonização do Paraná. É um importante ponto de atração turística e uma área muito aproveitada para



Fotos: Nemi Gots

Guaraqueçaba



Paranaguá



Salto São Francisco, Prudentópolis

trabalhos de educação ambiental. Esta estrada dá acesso às cidades históricas de Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba.

Um roteiro inédito pelas águas foi implantado pelo Governo do Estado nas belas baías. Obras de infra-estrutura como, por exemplo, os trapiches

contribuíram para incentivar o acesso de turistas e melhorar as condições de vida dos moradores.

No litoral, o destaque é para a Ilha do Mel, tão doce quanto seu nome e tão bela por suas praias. A pequena ilha paranaense é um exemplo de desenvolvimento sustentável. Antes abandonada, cheia de lixo, com muita especulação imobiliária, conseguiu agora reconquistar o brilho que a natureza lhe conferiu.

O Governo do Estado investiu em diversas ações para garantir sua preservação: as sucessivas limpezas para retirar o lixo acumulado, a organização atual da coleta, os terminais de embarque e os trapiches construídos pela Secretaria do Meio Ambiente controlando a entrada e a saída dos turistas naquela ilha que possui mais de 90% de sua área efetivada em Estação Ecológica.

O litoral é apenas uma parte do "roteiro verde" do Paraná.

O Parque Estadual do Guartelá tem belezas imperdíveis que convidam o turista a continuar a viagem. Está localizado entre os municípios de Castro e Tibagi e possui o sexto maior Canyon do mundo, em extensão. Calcula-se que receba uma média anual de 6 mil turistas. Para viabilizar o parque, cuja extensão original era de 4.389 hectares, o Governo do Estado

desapropriou a área onde se concentram trechos de maior beleza cênica, além de dotá-la de infra-estrutura. Foram construídos camping, sanitários, casa para guarda-parques, portal, captação de água e trilhas interpretativas. Um pedaço da história da formação do planeta permanece guardado na região do Guartelá. A grande fenda do canyon, as grutas com inscrições feitas pelo homem há dois mil anos e as cachoeiras com suas piscinas naturais compõem um cenário fascinante.

Tanto o Parque do Guartelá, como Vila Velha, fazem parte

da Área de Proteção Ambiental dos Campos Gerais. No Parque de Vila Velha, localizado próximo ao município de Ponta Grossa, está sendo implantado um plano emergencial para a recuperação da infra-estrutura, envolvendo também Furnas e Lagoa Dourada.



internacional

Barbárie na cobertura do G8

Antes da realização da Cúpula do G8 em Gênova, Itália, no início de agosto, a polícia invadiu com extrema violência, durante a madrugada, os alojamentos das associações antiglobalização e da Indymedia, a rede dos meios de comunicação contra a globalização, que a prefeitura de Gênova havia posto à sua disposição. Também os correspondentes do jornal italiano Il Manifesto, da revista Carta, da rádio GAP e outros jornalistas trabalhavam nesses locais. Agora a organização internacional Repórteres sem Fronteira, que defende a liberdade de imprensa no mundo inteiro, está colhendo depoimentos para tomar as

providências necessárias.

Segundo vários depoimentos, muitos feridos foram levados aos hospitais. Os equipamentos de informática foram quebrados ou confiscados. Quinze máquinas fotográficas foram apreendidas. A intervenção mobilizou um forte contingente policial e vários helicópteros. Mark Covell, jornalista inglês, foi ferido gravemente por policiais durante a invasão, e está entre a vida e a morte. Pelo menos 15 outros jornalistas foram feridos seriamente em Gênova durante a cúpula do G8 por policiais ou arruaceiros.

Domenico Affinito, integrante de Repórteres sem Fronteira na Itália, foi ferido pela polícia. O

jornalista Lorenzo Guadagnucci também foi ferido pela polícia e preso durante o assalto contra o centro de imprensa. Em seguida, foi hospitalizado com um braço quebrado e ferimentos na cabeça. Massimo Alberti teve os óculos quebrados, que lhe causaram ferimentos no rosto. O jornalista Enrico Fletzer, de Bolonha, também foi brutalmente agredido pela polícia. Sônia Fedi, cameraman da televisão Mediaset, foi espancada por arruaceiros do grupo "Black blocs" e hospitalizada com fratura na perna. A jornalista alemã Kerstin Wagenschein foi presa e aguarda decisão judicial na prisão de Voghera, ao norte de Gênova.



BancoRURAL

A evolução do banco.

Relacionamento. Nosso maior investimento.

www.rural.com.br

A produtividade e a qualidade da indústria paranaense refletem os investimentos sociais.



Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Nós, do Sistema Fiep, investimos na qualidade de vida do trabalhador.

Av. Cândido de Abreu, 200 - Curitiba - PR - 80530-902 - Fone: (41) 352-2211 - Fax (41) 254-8321
<http://www.fiepr.com.br> - e-mail: presidencia@fiepr.com.br



livro

Rastos atrás

Jornalistas refazem viagem pelo interior de Minas Gerais em que Guimarães Rosa colheu material para "Grande Sertão: Veredas"

Marcelo Lima

Era um homem corpulento e silencioso. Passava horas ouvindo a conversa dos vaqueiros, de cócoras, ao lado da fogueira, garatujando o que diziam numa caderneta espiral, atada ao pescoço como um amuleto. Os peões estranhavam: por que o doutor, simpático e resignado, no meio de travessia dura, acompanhando comitiva que tangia gado pelo sertão? Anos depois, descobririam: o João Rosa conhecido deles dos dez dias de viagem, em maio de 1952, era o escritor e diplomata Guimarães Rosa (1908-1967), que em 1956 publicaria "Grande Sertão: Veredas", romance brasileiro mais importante do século XX.

Natural de Cordisburgo (MG), o médico sabedor de uma dezena de idiomas interrompeu seu trabalho para redescobrir o tempo perdido. Quando criança, sentado do lado de dentro do balcão da venda de seu pai, ouvia com os olhos grandes as histórias dos sertanejos. Sob essa primeira inspiração, escrevera os contos de "Sagarana" (1946). Já com o que colheu em 1952, inventou a complicada língua de Riobaldo e Diadorim – nas entrelinhas de cuja história vê-se

a sombra da fala dos boiadeiros que estavam do outro lado do balcão, matando o tempo, ou daqueles que acompanhavam o doutor João Rosa ao redor da fogueira.

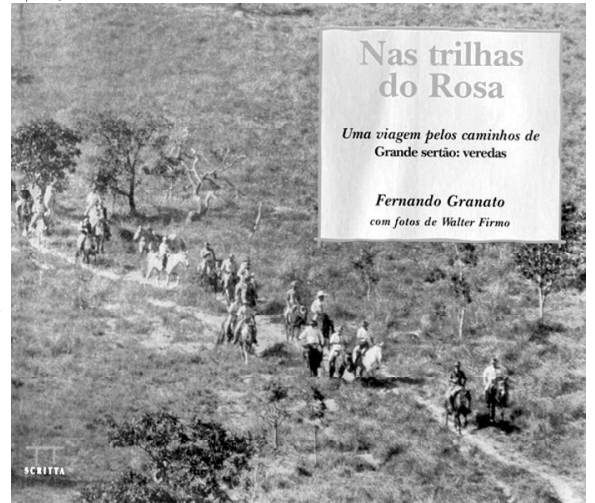
Com base nesses vestígios da viagem, o jornalista Fernando Granato e o fotógrafo Walter Firmo refizeram a travessia de Rosa pelo interior de Minas, registrando não apenas a personalidade generosa do escritor e sua admiração pela cultura do sertanejo, como também, 40 anos depois, o que sobrou do mundo que ajudou a manter inalterado em seus livros. "Nas Trilhas do Rosa: uma viagem pelos caminhos de Grande Sertão: Veredas" (Scritta, 1996, 110 páginas) é um livro-reportagem sensível, que mistura os textos originais das cadernetas do escritor, trechos de livros e depoimentos dos homens e mulheres que mantiveram algum contato com ele em 1952

Granato e Firmo reconstroem a personalidade do diplomata a partir dos depoimentos de pessoas como o vaqueiro Zito. Mostram também que o sertão que o ficcionista ouviu na venda de seus pais e no pé da fogueira já não existe. É um verso

de Drummond: "Minas não há mais." No lugar, só há sombras: o progresso trazido com as estradas de rodagem, a mudança do perfil produtivo e a urbanização fizeram com que a pureza dos gestos e da cultura do sertanejo fosse esmaecendo aos poucos. Nada mais forte do que a imagem do vaqueiro Manuelzão (morto há quatro anos), então com 91 anos, sentado sobre a cama ainda por fazer, de chapéu de couro e chinelo Raider. É um começo melancólico para um livro que termina numa festa.

Marcelo Lima, 29 anos, é jornalista e professor

Reprodução





imagem



Impressões fotográficas

Júlio Covello

Tancredo Neves, quando esteve em Curitiba em dezembro de 84, para inaugurar um comitê do PMDB na rua Marechal Deodoro, dois meses antes da doença que o levou à morte

Júlio Covello começou profissionalmente como diagramador de jornais no Rio, no início da década de 70. Em 73, trabalhou com Aloísio Biondi no Jornal do Comércio. Veio a Curitiba no mesmo ano, ingressando no Estado do Paraná, que adotou o offset em 74. Participou do Laboratório de Foto Publicitária. Trabalhou na agência de publicidade Exclam e na revista Quem a partir de 81. Em 84 passou para o Correio de Notícias, como repórter-fotográfico, onde permaneceu por três anos. Na mesma época, montou com Ivan Bueno e Alberto Viana a primeira agência de fotografias do estado, atendendo jornais como JB, Estadão e Folha e clientes de Curitiba, entre os quais a agência Umuarama, do antigo Bamerindus. A partir de então, virou free lance, e assim continua até hoje.

Participou de várias coletivas da Arfoc. Uma exposição que apreciou foi a coletiva “Um Ano de Correio de Notícias”, na Casa Romário Martins, em maio de 85. Júlio prefere as fotos de viagem, quando a distensão é total. Grava o que lhe chama a atenção, mas tem uma queda por fotos de rua. Possui um grande material de viagens. Foi à Europa duas vezes e uma a Cuba. Sua referência entre os grandes fotógrafos é Henri Cartier-Bresson, da escola de Paris, que saía com uma câmara pequena, lente normal, e gravava o que o impressionava mais.



Júlio Covello



O candidato Fernando Collor de Mello na praça 5 de Maio, em frente ao estádio do Clube Atlético Paranaense, no final da campanha do primeiro turno, em 89



Uma consumidora com a foto de Dilson Funaro, por ocasião do congelamento decretado pelo ministro, em maio de 86. A foto serviu como tema de editorial da revista Veja



foz do iguaçu

Alexandre Palmar
De Foz do Iguaçu

Campanha evidencia abusos de empresários



Os jornalistas do Paraná deram início a mais uma campanha por melhores condições de trabalho. A luta deste ano começa com algumas particularidades. A categoria reivindica um salário justo, saúde e dignidade, mas, ao mesmo tempo, sente a total falta de respeito de pequenos, médios e grandes empresários de comunicação do Estado, que, sob a justificativa da crise nacional, ignoram as leis trabalhistas, promovem demissões em massa e ainda planejam mais cortes de benefícios.

Esta realidade leva à reflexão, inicialmente, sobre dois pontos: onde está a raiz desta crise e a nossa pauta de reivindicações pode ser prejudicada por causa da “instabilidade do mercado”? Os empresários deixaram claro na primeira rodada de negociação, no dia 4 de setembro, que é impossível atender a todas as exigências da categoria, levantadas em assembleias: reajuste da inflação, plano de saúde, vale-refeição, direito autoral, estabilidade e plano de cargos, carreiras e salários em prol de uma suposta recuperação financeira.

É possível avaliar essa posição numa relação típica do capitalismo: a existência de explorados e exploradores. A busca frenética de lucros e a acirrada concorrência entre as empresas têm como ponto de partida a redução de custos e a exploração máxima dos trabalhadores. Diante deste cenário, o empresariado prefere demitir seus jornalistas, sucatear as formas de trabalho, terceirizar a mão-de-obra, investir em tecnologia. Tudo em nome da produção, com custos mínimos.

Essa leitura da Central de Estudos Sociais (CES) revela que os empresários - como um todo, não só no Brasil - estão partindo para uma ofensiva. Além de, como de costume, negarem reajustes salariais, pedem compreensão de seus funcionários para enfrentar “a crise juntos”. São os mesmos que, no auge do capitalismo no mundo, de lucros exorbitantes, concediam pequenas compensações. Agora, com “a crise”, pretendem manter suas margens de lucro, nem que para isso seja necessário desrespeitar a legislação trabalhista e acordos coletivos.

Pedem para a categoria compreender a extinção das funções como a do redator, do revisor, do diagramador, do digitador, do fotoliteiro, entre outras figuras da comunicação. E, ao mesmo tempo, pedem para a categoria ignorar os investimentos em tecnologia, em mais máquinas que substituem o homem, em impressoras para rodar jornais da capital no interior, em caras máquinas fotográficas digitais. Isso para enumerar o mínimo e de fácil observação nas empresas. Essa é a crise dos patrões? É possível prever que nesse ritmo pedirão para o repórter vender jornal na esquina para ajudar o coletivo, do contrário seu colega pode perder o emprego.

Alexandre Palmar é vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná

Jornais investem em antimarketing

O presidente do International Newspaper Marketing Association, Sérgio Rego Monteiro, faz uma leitura interessante sobre a “crise”. Para ele, a desvalorização do real em relação ao dólar e a conseqüente inclusão de empresas jornalísticas no vermelho, seja com a aquisição de novos equipamentos ou através do aumento do custo do papel, são ingredientes explosivos para a economia de nossas empresas. “Muitos jornais estão aplicando o “antimarketing” em sua circulação, diminuindo a tiragem de acordo com a distribuição geográfica, para economizar papel”, contrapõe Monteiro, em artigo publicado na revista Imprensa, edição 163.

Para completar a realidade do mercado de trabalho, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgou no primeiro semestre deste ano uma pesquisa sobre crescimento dos periódicos no País. A circulação de jornais diários no Brasil aumentou 8,81% em 2000, “mostrando um aumento significativo em relação aos 1,15% no ano anterior” (Jornal da ANJ, edição 157).

E mais. Os investimentos publicitários no Brasil cresceram 24,6% (vinte e quatro por cento) em 2000. O número é considerado excepcional pelos próprios especialistas da mídia. Os dados são do

Projeto Intermeios, de Meio & Mensagem. “Foram investidos, no ano passado, R\$ 12,872 bilhões, contra os R\$ 10,330 bilhões de 1999”, informa o mesmo Jornal da ANJ. Esse dinheiro está nas suas mãos?

É possível que esses índices não tenham acompanhado a propaganda alta dos insumos para colocar os veículos de comunicação na rua, como o papel. Mas prefiro acreditar neles enquanto os empresários

insistirem com velhas teorias e falsos balancetes, apontando como origem de déficits fictícios o número de jornalistas na redação e o pagamento de horas-extras. Para eles, o que está em jogo é o acúmulo de capital. Para os jornalistas, salário, saúde e dignidade, por incrível que pareça. (Alexandre Palmar)

“ A circulação de jornais diários no Brasil aumentou 8,81%, enquanto os investimentos publicitários cresceram 24,6% em 2000. Você ficou com alguma parte desse dinheiro?”



memória

Paraná perde três comunicadores

Em consequência do agravamento de problemas pulmonares, morreu em 23 de julho o jornalista João Silveira Filho, aos 74 anos. Ele começou no jornalismo como repórter do jornal Paraná Esportivo, do qual se tornou sócio. Mais tarde passou a atuar nas áreas de relações públicas e assessoria de imprensa, nas quais foi considerado um dos melhores profissionais do estado.

De 1975 a 1979, foi assessor de imprensa de Saul Raiz na prefeitura de Curitiba. E de 1979 a 1982 exerceu a mesma função na Secretaria da Agricultura, com Reinhold Stefanos. Aposentou-se como relações-públicas na antiga Federação do Comércio Varejista, hoje Federação do Comércio do Paraná, por causa de um derrame.

Silveira foi vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná de 1973 a 1976, na gestão Airton Batista. “Era meu candidato a presidente na gestão seguinte, por ser muito querido e ter grandes qualidades de aglutinação. Mas ele não quis. Só aceitei candidatar-me de novo por insistência dele”, diz Airton. Silveira costumava realizar reuniões entre jornalistas e promovia a feijoada anual para os profissionais da categoria. “Por onde passava,

recebia a todos sem distinção de jornais e de posições políticas”, destaca Airton.

Em 21 de agosto morreu o jornalista Joaquim de Castro Esteves, aos 78 anos, vítima de insuficiência respiratória. Sua última atividade foi como redator no departamento de jornalismo da Rádio Educativa do Paraná e assessor na Secretaria de Estado da Comunicação Social. Na mesma rádio, foi chefe do departamento e atuou na reportagem e edição.

Joaquim Esteves começou a trabalhar como jornalista aos 20 anos e desenvolveu sua principal atividade no rádio. Trabalhou nas rádios Guairacá e Cultura e nos jornais O Dia e Última Hora. Na década de 60, fez um programa inovador na Rádio Cultura entrevistando empresários e personalidades de destaque.

Atuou em movimentos populares e da área rural, e fundou vários sindicatos de trabalhadores



Reprodução
João Silveira Filho

agrícolas no Paraná. Também participou do movimento sindical, em Curitiba. “Serviu como modelo de jornalista para toda uma geração”, segundo as palavras do jornalista e escritor Valmor Marcelino.

A imprensa paranaense também perdeu, em 29 de agosto, o apresentador João José de Arruda Neto, 59 anos, mais conhecido como Jota-Jota. Diretor de programação e diretor-superintendente da Rede Paranaense de Comunicação nos últimos trinta anos, ele foi um dos pioneiros da TV no estado. Iniciou a carreira como locutor de rádio. Na televisão, criou os programas “Show de Desafio”, “Bicho do Paraná” e “Meu Paraná”, entre outros.

Preocupava-se com as questões sociais e foi um dos apresentadores do “Show de Jornal” quando o então governador Haroldo Leon Peres tentou impedir a leitura de notícias com denúncias contra o seu governo.

informe publicitário

Bosch estimula trabalho voluntário



Divulgação
Corrida de cavalo entre as equipes de voluntários

O projeto social chamado “Somos Herdeiros de Nossas Ações” foi criado em maio de 1999, na Bosch Curitiba. Ele tem como objetivo estimular a consciência e a responsabilidade social nos funcionários e dependentes, desenvolvendo atividades que estimulem o trabalho voluntário. O projeto foi criado pelos próprios funcionários, com a coordenação da Bosch. Atualmente são mais de 500 funcionários voluntários, que realizam as atividades fora do horário de trabalho e sem remuneração.

No primeiro ano de atividades, os voluntários fizeram reformas, pinturas e serviços de manutenção em creches e asilos. Realizaram dias recreativos em mais de 20 entidades. Doaram alimentos, produtos de limpeza, roupas, calçados, medicamentos, material de construção, equipamentos de esporte, livros, revistas e cestas de Natal.

Os Voluntários Bosch começaram a montar projetos junto com as entidades para criar meios de sustentabilidade e autonomia. Doaram a máquina de fazer pão francês para a Cooperativa de Panificação Vila Verde. Doaram um teclado e mesa de som para a Banda Kiprocó, formada por

adolescentes da República Mossunguê, e os meninos ganham cachês nas apresentações. Ampliaram e reformaram a marcenaria da APAE de Curitiba.

Este ano, que é o Ano Internacional do Voluntariado, os voluntários estão participando do Rally Somos Herdeiros de Nossas Ações, que é formado por provas sociais e provas de competição. Para obter resultados mais eficazes, a Bosch escolheu a Vila Verde, localizada atrás da empresa, para promover melhorias na organização social de uma comunidade.

Em março, os voluntários promoveram melhoria no visual dos locais públicos da Vila Verde e participaram de corrida de kart. Em abril, comemoraram a Páscoa com os moradores, sempre ensinando noções de cidadania e preservação. Em maio, as equipes fizeram arrecadação de jornal, revistas, garrafas pet e meias de nylon para ajudar os Piás Ambientais e participaram de uma emocionante corrida de cavalos.

Em junho, recolheram lixo reciclável (que foi vendido e o dinheiro revertido para a Vila). Em julho, arrecadaram 17 mil peças de roupas e calçados e participaram de um rally com bicicletas.



saúde

LER tem novo tratamento

Novas pesquisas questionam tratamento atual das lesões por efeito repetitivo

Resultados que nem sempre trazem solução para o problema e grandes gastos com medicamentos levaram um pesquisador norte-americano a buscar uma explicação para as dores provocadas por lesões por esforço repetitivo - LER, doença também conhecida como cãibra de escritor. As duas categorias mais atingidas pela doença são os bancários e os jornalistas, e o número elevado de casos fez com que um grupo de lesionados fundasse em Curitiba a APLER - Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos.

Muitas atividades do mundo moderno submetem a parte mecânica do corpo humano a uma dura prova. Por exemplo, a evolução natural não preparou o corpo humano para digitar num teclado de computador várias horas em seguida. A repetição sistemática do mesmo gesto pode provocar uma alteração da energia muscular, uma dor difusa no braço, sem dano aparente dos tecidos. Então, os movimentos se tornam incontroláveis. Alguns músicos, com paralisia do punho ou dos dedos, são até obrigados a trocar de profissão.

Nancy Byl e Michel Merzenich, terapeuta e neurologista da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, estão estudando as causas que provocam as lesões, como publicou a revista francesa Science & Vie. A hipótese deles é que a repetição rápida e regular do mesmo movimento cria no cérebro ligações entre regiões que comandam os dedos e provoca reflexos condicionados. O cérebro não consegue mais diferenciar os dedos.

A pessoa quer fazer um determinado movimento, mas provoca outro, completamente diferente.

Mapas mentais recentes da parte do cérebro que comanda a mão, organizados de maneira independente por neurologistas ingleses, alemães e norte-americanos, parecem fortalecer essa hipótese. Nesses mapas é possível notar confusões anormais na representação da mão nos indivíduos que sofrem a lesão.

Esses trabalhos podem colocar em xeque os

tratamentos com base no repouso, nos antiinflamatórios e na operação cirúrgica. Se o verdadeiro problema está no cérebro, diz Michel Merzenich, esses métodos de tratamento provavelmente não resolvem o problema. Em vista disso, a terapeuta Nancy Byl vem elaborando um

novo tratamento, baseado em exercícios de sensibilização dos dedos. Jogando dominó, os pacientes voltam a desenvolver a sensibilidade perdida. Seu cérebro aprende de novo as distinções entre os dedos e

redesenha seu mapa mental.

O novo tratamento sugere pelo menos duas perguntas: se ele pode ser aplicado a outras dores, como as tendinites, e porque as lesões por esforço repetitivo atingem algumas pessoas e outras não. Muitas perguntas continuam sem resposta, mas essa terapia já permitiu que pacientes voltassem a desenvolver suas atividades normalmente.

Com a nova terapia, muitos pacientes voltaram a trabalhar normalmente

anúncio diário popular



rádio corredor

a Eis o destino profissional de alguns dos jornalistas que se dedicaram à TV Iguauçu, Canal 4, e foram inexplicavelmente demitidos por Paulo Pimentel: Leila Kaltman, ex-editora de texto, que anteriormente dividia essa função com as aulas no Curso de Comunicação da Universidade Tuiuti, agora se dedica em tempo integral à Universidade, lecionando Telejornalismo 2 e Redação e Comentários em RTVM. Rosi Guilen está na assessoria de imprensa da Central Press. Márcia Ducat Ferreira Gonçalves transferiu-se para a assessoria de imprensa da New Holland. Raquel Toniolo retornou a Porto Alegre e está trabalhando como repórter na RBS. Samuel Barbieri Germano voltou para Campinas.

a A Editora Alternativa, com treze anos de Curitiba, que publica sete revistas na área moveleira destinadas a públicos diferentes, um portal e um e-zine, contratou recentemente cinco jornalistas: Zanei Barcellos, que trabalhou durante oito anos na Gazeta do Povo como editor de Política e depois na editoria Internacional, agora é editor-chefe na editora; Edilma Vera Rangel, também com oito anos de reportagem na Gazeta do Povo, é editora das revistas; Lúcia Costa, que era repórter no Estado do Paraná, exerce na Alternativa a mesma função; Fernando Fagundes e Rafael Martins, ex-repórteres do Jornal do Estado, continuam na editora na mesma função.

a José de Mello, que estava na direção da TV Educativa, retornou ao cargo de diretor da Rádio Educativa. Foi substituído na TV Educativa por Tupi Barreto, administrador de empresas.

a Jorge Mosquera, que era editor de Comunidade no Primeira Hora, atua agora como assessor na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

a No Jornal do Estado, há três caras novas: Maria Luciane Alves Nunes na reportagem e Luís Lomba, que saiu do Primeira Hora, como editor de Cidades. Cristina Cassiano é a nova repórter que atua na área de Política.

a Caio Castro Lima foi contratado pela Gazeta do Povo para trabalhar na reportagem geral.

a José Marcos Lopes é o novo responsável pela editoria de Esportes do Primeira Hora. Ele saiu do Jornal do Estado, onde exercia a mesma função.

a A redação da TV Guairacá, de Guarapuava, conta agora com a participação da repórter Kris Knabay, que exercia a mesma função no SBT de Cascavel, e do pauteiro Cláudio Oséias da Rosa. Com os dois novos reforços, a redação da emissora é formada por seis jornalistas.

a De segunda a sexta-feira, desde o início de junho, a TV Educativa está apresentando um telejornal que começa às 19h45. Da equipe fazem parte o editor Manoel Carlos Karam, o produtor Mário Giovannoni e os repórteres Luiz Andrioli e Ana Paula Costin, com a participação especial de Carlos Delgado. “É um núcleo independente, que procura adaptar-se à programação da emissora, usando uma linguagem bem solta e descontraída”, diz Mário Giovannoni.

a A rádio Transamérica FM iniciou em agosto a transmissão de jogos de futebol, abrindo um novo mercado de trabalho para jornalistas. “O projeto é uma transmissão diferenciada, com um toque de humor de Tio Américo”, diz Flávia Pierri, produtora do Transamérica Esportes, que vai ao ar das 18 às 19h, com apresentação de Alexandre Zraik e Mauro Muller, o chefe da equipe. César Júnior e Luis Augusto Xavier narram as partidas. Valmir Gomes, Fernando Gomes e Airtton Cordeiro são os comentaristas. Moisés Gonçalves cobre o Atlético, Irapitan Costa o Paraná e Cristiam Toledo o Coritiba. O plantão é Djoni Linhares, com a colaboração de Flávia Pierri.

a Zeca Leite, da Folha do Paraná, está feliz com a carreira do seu texto “500 Vozes”, que terminou temporada em 16 de setembro em São Paulo. O monólogo, com a encenação de Silvanah Santos e o acompanhamento do violonista Mário da Silva Júnior, ficou dois meses em cartaz e teve uma aceitação melhor do que Zeca esperava. A peça já havia tido um bom público em sua passagem pelo Guairinha, em Curitiba.

a Sylvio Back estará em Curitiba dia 28 de setembro, para lançar o livreto Docontaminado, que será o Caderno 24 do MIS, sobre os filmes que produziu. O lançamento será no Museu da Imagem e do Som, às 19h.

convênios

O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Paraná continua com um leque amplo de convênios, que oferecem várias vantagens para os associados em dia com as anuidades. Para desfrutar das facilidades oferecidas pelas empresas conveniadas, consulte o site <http://www.sindijorpr.org.br>

tabela de preços

SALÁRIOS DE INGRESSO

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador, repórter fotográfico, repórter cinematográfico	1103,83
Editor	1434,98
Pauteiro	1434,98
Editor chefe	1655,75
Chefe de setor	1655,75
Chefe de reportagem	1655,75

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações; Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas. O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE

Redação	
Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	59,36
Mais de duas fontes:	50% a mais
Edição por página	
Tablóide	76,80
Standard	92,03

Diagramação por página

Tablóide	38,40
Standard	52,40
Revista	28,63
(*) Tablita / Ofício / A4	19,53
Revisão	

(*) Lauda (1.440 caracteres)	15,48
(*) Tablóide	32,33
(*) Tablita	24,42
(*) Standard	67,51

Ilustração

(*) Cor	91,60
(*) P&B	61,06

Reportagem fotográfica - ARFOC

Reportagem Editorial

Saída cor ou P&B até 3 horas	139,65
Saída cor ou P&B até 5 horas	261,85
Saída cor ou P&B até 8 horas	349,15
Adicional por foto solicitada	26,34
Foto de arquivo para uso editorial	209,48

Reportagem Comercial/Institucional

Saída cor ou P&B até 3 horas	277,78
Saída cor ou P&B até 5 horas	494,23
Saída cor ou P&B até 8 horas	659,01
Adicional por foto	52,40

Reportagem Cinematográfica

Equipamento e estrutura funcional

fornecida pelo contratante

(*) Saída até 3 horas	76,47
(*) Saída até 5 horas	122,13
(*) Saída até 8 horas	200,75
Adicional por hora	30,53

Foto de arquivo para uso em:

Anúncio de jornais	453,67
Anúncio de Revista e TV	488,80
Capa de Disco e Calendário	628,46
Outdoor	962,87

Cartazes, Folhetos e Comisetas	314,22
Audiovisual até 50 unidades	663,39

Audiovisual acima de 50 unidades	à combinar
----------------------------------	------------

Diária em reportagem que inclui viagem	384,07
--	--------

Reportagem aérea internacional	à combinar
--------------------------------	------------

(*) Hora técnica	61,06
------------------	-------

Observações importantes:

A produção (filme, laboratório, hospedagem, transporte, seguro de vida, credenciamento, etc.) é por conta do contratante; Na republicação, serão cobrados 100% do valor da tabela; A foto editorial não pode ter utilização comercial.

(*) Novidades na tabela em caráter experimental.

Sugestões deverão ser encaminhadas ao Sindicato através do

fax (041) 224-9296 ou Correio Eletrônico:

sindijor@sindijorpr.org.br



anúncio itaú